

Caiu o 2.045

A ditadura decretou até o estado de emergência em Brasília. Mas não conseguiu segurar nem os deputados do PDS (pág. 3)



A ditadura e as oposições burguesas começam a discutir um acordo para a crise do país.

(págs. 4 e 5)

CONSPIRAÇÃO CONTRA O POVO

Gallup e Folha

Medindo a revolta do povo

Duas pesquisas realizadas por critérios e meios diferentes revelaram o profundo desgaste do governo Figueiredo. O Instituto Gallup que realiza uma pesquisa mensal de aferição da popularidade de Figueiredo desde a sua posse, constatou que o índice de apoio ao governo atingia nos últimos dias ao seu ponto mais baixo, -36%. A pesquisa, por métodos de amostragem, consulta a opinião de 2.622 pessoas em 182 cidades em vinte estados do país. O máximo de impopularidade do governo Figueiredo havia sido constatado em novembro de 1980 (-30%).

O jornal *Folha de São Paulo* divulgou igualmente nos últimos dias uma pesquisa realizada em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. As pessoas consultadas foram chamadas a dar notas de 0 a 10 para a atuação do governo nos

setores da Educação e Saúde, Trabalho e Previdência, Política, Economia, Agricultura e Abastecimento e Política Externa.

A média ponderada das notas atribuídas a Figueiredo é de 3,9. E, como era de se prever, é no campo econômico que o governo Figueiredo recebeu a sua nota mais baixa 2,2. Foi também em São Paulo, a região mais politizada do país, que Figueiredo recebeu a menor nota, isto é, 3,5. Um outro resultado interessante constatado em São Paulo: o índice de popularidade de Figueiredo cai à medida que cresce a renda. Entre os que recebem mais de cinco salários-mínimos, a nota é de 4,5; entre os que recebem de dois a cinco salários mínimos, a nota decresce para 3,2; entre os que recebem menos de dois salários-mínimos a nota geral cai para 3,1.

Generais na cadeia

A ultra-direita em campo

Desde 12 de outubro de 1977, quando foi afastado o então ministro do Exército, Sylvio Frota, não eram tão abertos os choques entre a ultra-direita e a ala militar que hoje controla o poder. Desde àquela época, passando pela candidatura Euler Bentes, a ultra-direita militar marcou a sua presença com o fogo das ações terroristas que atingiram o auge com o escândalo do Riocentro em 1981.

Em menos de duas semanas, dois generais e um capitão do Exército, ligados ao ex-ministro Sylvio Frota, foram parar na prisão vítimas da aplicação do Regimento Disciplinar do Exército. São eles o general da Reserva Adyr Fiuza de Castro (ex-organizador do Centro de Informações do Exército que teve enorme participação na repressão à esquerda), o general-de-brigada Leo Etchegoyen e seu filho, o capitão Sergio Etchegoyen, os quais, por sua vez, tinham responsabilidade, junto ao então comandante do II Exército, pelos vôos terroristas sobre o Estádio de Vila Euclides, na greve do ABC/80.

Todo o episódio gira em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Dívida Externa na Câmara Federal. Ocorre que um dos primeiros trabalhos da CPI foi exatamente investigar as denúncias do chamado "Relatório Saraiva" que denuncia Delfim Neto por "cobrar propinas de negócios feitos com banqueiros "quando era embaixador do Brasil na França. O relatório, escrito pelo coronel Raimundo Saraiva, então adido militar na França, teve circulação restrita na época em que foi escrito.

Chamado a prestar depoimento na CPI, o coronel Saraiva manteve-se calado, obedecendo à determinação do ministro do Exército de não dar publicidade ao Relatório, no sentido de proteger Delfim Neto, peça chave do governo Figueiredo. Os militares da ultra-direita saíram a campo para confirmar a existência e as denúncias do Relatório Saraiva, recebendo, então, as sanções do Regimento do Exército.

Apesar das sanções, o episódio

não parece concluído. O general Sylvio Frota já se prontificou a depor na CPI, se convocado. Chamado em uma reunião de oficiais de "incompetente e frustrado" pelo ex-chefe da Agência Central do SNI general Newton Oliveira Cruz (este afastado do cargo recentemente por causa do escândalo Baumgarten), Frota enviou forte pedido de protestos e esclarecimentos ao ministro do Exército.

As iniciativas da ultra-direita militar, feitas em nome do nacionalismo e do combate à corrupção, coincidem com o reinício da panfletagem nos quartéis com fortes acusações ao governo como ocorreu durante o governo Geisel. Coincidem também com pontas de articulação da ultra-direita como o Movimento de Arregimentação Feminina, que desempenhou papel importante na preparação do golpe de 64, como a recente passeata de 20 mil pessoas em defesa da família e contra o aborto realizada no Rio pela ala direita da Igreja.

Dispositivo Anti-saques

O governo se arma

Nos últimos quinze dias, o governo tomou duas medidas importantes para afiar a eficiência dos órgãos de repressão. A primeira delas foi o decreto-lei 88.777 que concede ao governo federal poderes quase ilimitados de intervenção nas ações das Polícias Militares. De acordo com o decreto-lei, frente à qualquer ação que ponha em risco "a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas" o "comandante-geral da PM ligar-se-á ao Comando Militar da área para ajustar medidas de defesa interna".

Ainda de acordo com o decreto-lei, as Polícias Militares "integrarão o sistema de informações do Exército", além de participar dos exercícios e manobras.

A segunda medida é o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo general Figueiredo e pelo ministro do Exército. O projeto de lei prevê para os próximos anos um aumento de 132 mil homens nas três Armas assim distribuídas: Exército, 110.632; Aeronáutica 20.000; Marinha, 992.

É, sem dúvida, um forte investimento já que o projeto prevê um

aumento de cerca de 60% nos atuais efetivos do Exército brasileiro. De acordo com a justificativa que acompanha o projeto, "a projeção internacional do Brasil, suas responsabilidades no cenário mundial — potência emergente — e os acontecimentos recentes no Atlântico Sul estão a indicar também a necessidade de se dispor de um Força moderna pronta não só para a defesa da soberania brasileira, como também para contribuir na manutenção de seus compromissos internacionais e para assegurar a ordem interna".

A queda de Heitor Aquino

Um rato a menos

Com a demissão do capitão Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular do presidente, encerrou-se mais um episódio da luta que vem se travando entre as várias facções no poder. A demissão de Heitor Aquino já vinha sendo adiada há dois anos desde a renúncia do general Golbery, do qual era estritamente ligado. Tornou-se uma decisão em julho último quando se tornou notória a ligação de Heitor com a candidatura Maluf, que corre em faixa própria e desafiando a coordenação de Figueiredo. E precipitou-se quando Heitor articulou junto ao vice-líder do PDS, Luiz Carlos Coutinho, um violento

artigo no *Correio Brasileiro* pedindo a cabeça do chefe do gabinete civil, Leitão de Abreu.

A personalidade e a trajetória de Heitor de Aquino se fundem com a própria história do regime militar. Conspirador de primeira hora, sócio fundador e um dos principais organizadores do SNI, o "Sombrinha" como era conhecido, ligou seu destino ao grupo chamado da "Sorbonne", de Castello, Golbery e Geisel. Desde 15 de março de 1974, com a ascensão de Geisel, esteve firmemente assentado à direita do poder. Com a saída de Golbery, iniciou-se o declínio de sua influência.

Adhemar no PDT

O jogo alto de Brizola

"Eu estava vestindo um casaco pesado demais, mas os meus compromissos com mais de 1 milhão e 600 mil votos vão ser honrados no PDT". Com estas palavras, Adhemar de Barros Filho, explicou a sua passagem do PDS para o PDT. Com a entrada de Adhemar, Leonel Brizola dá o passo mais ousado para constituir uma base eleitoral nacional.

Adhemar, lançado por Maluf como candidato do PDS por uma legenda do Senado, obteve nas últimas eleições 16% dos votos válidos em São Paulo. E o custo para Brizola não é pequeno: Adhemar de Barros Filho é herdeiro político do ex-governador populista de São Paulo que chegou a afirmar, em

abril de 1964, que "os esquerdistas devem ser todos jogados no mar", (entre eles estava Brizola). Adhemar afirma, que trará para o PDT 50% das bases do PDS paulista.

O próximo passo do PDT é buscar a inclusão de um nome forte em Minas e até agora o político mais cotado é o do senador peemedebista Itamar Franco. Como é sabido. Itamar tem se chocado permanentemente com o esquema de Tancredo Neves, desde que foi deslocado como o candidato do PMDB mineiro ao governo do estado. Até março do ano que vem, o PDT entra em campanha de filiação nacional prevendo para este mês a realização de um Congresso de fundação do futuro Partido Socialista.

A lógica da crise

Preços e lucros recordes

Nos últimos dias, a Fundação Getúlio Vargas divulgou o índice da inflação de setembro. De acordo com esta entidade, responsável pelas cifras oficiais, a inflação nos últimos doze meses atingiu o patamar de 174,9%, o maior índice da história do capitalismo brasileiro. No Rio de Janeiro, por exemplo, os preços dos alimentos subiram mais de 200% no último ano. A Fundação Getúlio Vargas divulgou também o índice "expurgado" (agora chamado de reajustado) que serve para o cálculo do reajustes dos salários nos últimos doze meses 147%, isto é, 27,9 pontos abaixo da inflação! Um verdadeiro assalto aos salários.

A mesma Fundação Getúlio Vargas divulgou as previsões para o desempenho da economia neste ano. Um novo recorde está previsto:

o Brasil deverá experimentar a maior recessão da sua história contemporânea. Maior inclusive que o índice de queda verificado em 1981 quando o crescimento da agricultura "segurou" a queda do produto industrial. A queda agora será maior por dois motivos: a agricultura terá um crescimento menor do que em 1981 e os investimentos estatais estão muito mais contidos, por conta dos acordos com o FMI.

Um pequeno estudo do professor Guido Mantega explica a linha que une o recorde inflacionário com o recorde recessivo. Analisando os lucros das 8.336 maiores empresas não financeiras do país, de acordo com os dados divulgados no último *Quem é Quem*, Guido Mantega chegou à conclusão que os lucros das grandes empresas privadas na-

cionais e estrangeiras aumentaram de 1981 para 1982. As empresas privadas nacionais tiveram um ligeiro crescimento de lucros e as privadas estrangeiras subiram seus lucros de 8,8 para 10,2% em média.

Isto ocorreu por três motivos. Em primeiro lugar, as grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras deixam de investir para lucrar no mercado financeiro, através da especulação (daí menor produção e a recessão). Em segundo lugar, aumentam os preços dos seus produtos de forma acelerada (daí a inflação). Em terceiro lugar, diminuem os gastos com salários, seja através da diminuição de salários, seja dispensando trabalhadores. O número de funcionários nas grandes privadas nacionais caiu 3,9% e nas estrangeiras 6,4%.

Derrubado o "pacotão atômico"

Na noite de 19 de outubro, quarta-feira, foi rejeitado pelo Congresso Nacional o nefando decreto-lei 2045. O Congresso se achava então cercado por tropas da Polícia Militar e Brasília debaixo de "medidas de emergência" decretadas pelo general Figueiredo.

As "medidas de emergência" (que incluem a suspensão da liberdade de reunião e associação, a intervenção em entidades profissionais ou de classe, a suspensão do exercício de cargo ou emprego em empresas públicas, prisões em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns, busca e apreensão em domicílios) foram decretadas com a seguinte argumentação:

"O Distrito Federal, sede dos poderes da República, está sendo alvo de ação de agitadores recrutados em várias regiões do país, que para aqui ocorrem em grande número.

"Como já ocorreu em ocasiões anteriores, a ação de tais elementos é justificada pela intenção de pressionar e intimidar parlamentares, com risco até mesmo para a integridade física de senadores e deputados no exercício de suas funções, tornando praticamente impossível o funcionamento normal de um dos poderes com repercussões sobre os demais.

"Tal situação, insuportável e anti-democrática, inspirou o presidente do Senado a solicitar, de acordo com a lei, garantias para o livre funcionamento do Poder Legislativo (...)"

Ou seja: o regime não acha "insuportável e anti-democrático" que o FMI empurre goela abaixo do povo brasileiro uma série de medidas que implicam uma redução brutal do já precário nível de vida, mas não aceita que representantes populares expressem o seu repúdio a estas

Com o apoio de 27 deputados do PDS, do grupo "Participação", e os votos das bancadas dos partidos de oposição, foi colocado abaixo o decreto 2.045 e o decreto 2.036 (que reduz os benefícios dos trabalhadores das estatais). Não adiantou o fato do 2.045 ter sido decidido pelo Conselho de Segurança Nacional. Nem as pressões do imperialismo e a decretação de emergência em Brasília intimidaram os deputados.

medidas, organizando caravanas para Brasília.

As "medidas de emergência" tiveram um claro caráter de intimidação dos setores que se mobilizaram contra o decreto 2045 e dos parlamentares. Mas naquele momento não era mais possível evitar a rejeição deste decreto.

"Vamos dormir tranqüilos"

Não que os partidos de oposição tenham tido um comportamento radical ou intransigente. Pelo contrário: tentaram até a última hora um entedimento com o governo em torno de um substitutivo, e continuavam buscando um entendimento. Chegaram a adiar por um dia a votação. Prova disto é o interessante diálogo entre Ulysses Guimarães e Nelson Marchezan, relatado pelo **O Estado de São Paulo**:

"Esta noite vamos dormir tranqüilos", disse Marchezan, no encerramento da sessão do Congresso. "Acho que sim", respondeu Ulysses. "Dr. Ulysses, lamento que o entendimento não tenha dado resultados nesta hora. Vamos ver mais para a frente", continuou Marchezan. "Também espero que sim", disse Ulysses, que depois comentou: "a atitude cavalheiresca de Marchezan, dentro da boa norma parlamentar, é um sinal de que as portas do entendimento não foram fechadas com a rejeição dos decretos-leis esta noite".



O que explica o fato de que até agora a "oposição" parlamentar não chegou a um entendimento com o governo é que este não se dispõe a fazer nenhuma concessão significativa, totalmente subordinado que está aos seus compromissos com os banqueiros internacionais. As alternativas propostas pelo governo ao 2045 (como as propostas do "grupo dos 11" do PDS) não alteram o seu caráter de arrocho salarial e violento. Na situação atual, é muito difícil para parlamentares eleitos pela oposição aceitarem tais medidas. Afinal, até mesmo diversos líderes empresariais condenaram a dureza das medidas.

Na mesma sessão do Congresso, foram rejeitados também os decretos 2036 (contra os servidores das empresas estatais) 2039 (altera o cálculo da



correção monetária) e 2040 (altera a legislação do imposto de renda).

O novo arrocho

Naturalmente, o governo não perdeu tempo: Já no fim da noite de quarta-feira foi enviado à Imprensa Oficial para publicação um novo decreto-arrocho: tem agora o número 2064. Segundo a absurda legislação atual sobre os decretos-leis, entra em vigor imediatamente, e só deverá ser apreciado pelo Congresso em março ou abril. A novidade principal que ele introduz é voltar com o reajuste integral do INPC para até 3 salários mínimos (isto não significa nem mesmo a manutenção dos salários nesta faixa: o INPC tem vindo sempre "expurgado"), compensada (isto é, compensação para eles) com uma maior redução nas faixas acima.

Evidentemente, agora os trabalhadores e setores populares continuarão a luta contra este novo decreto e contra toda a política econômica do regime. Até março ou abril, o governo ganha tempo. Terá então a opção de chegar a um entendimento com a oposição parlamentar, ou com setores desta, ou então poderá fazer outro decreto para substituir o 2064, se este for rejeitado. O que é certo é que o regime manterá a política de arrocho.

Editorial

A crise e a política do movimento operário

A decretação das "medidas de emergência" pelo general Figueiredo, com a cínica argumentação de que eram para "defender o Congresso", tem o sentido claro de intimidar e reprimir os setores populares que se mobilizam contra a política de arrocho, e de pressionar os partidos de oposição para aceitarem um "entendimento" quanto à lei salarial de acordo com as imposições do FMI, dos banqueiros internacionais, de personagens sinistros como o secretário americano Donald Reagan. Além disso, medidas como estas tem sempre o caráter de ensaio para investidas maiores contra as liberdades democráticas, se as coisas apertarem mais.

Fatos como estes nos obrigam a lembrar e enfatizar que ainda vivemos sob uma ditadura, embora ela já esteja desgastada e debilitada, e esteja encaminhando um processo de mudança para uma nova forma de dominação. Cabe a questão: não estaria se desenhando no horizonte um novo "fechamento", um endurecimento do regime, um autogolpe?

Na verdade, isto é extre-

mamente pouco provável. A ditadura está enfraquecida, a burguesia está dividida, não há consenso para medidas deste tipo nem mesmo nas Forças Armadas, os setores populares em geral não aguentam mais o governo. A prova maior da fraqueza do regime está exatamente na dificuldade de impor as suas políticas mesmo para as muito dóceis frações da oposição burguesa. Não apenas o grupo palaciano encontra dificuldades para oficializar sua política econômica: ele não está conseguindo nem mesmo fazer aceitar pelo PDS e pelo conjunto do governo o seu encaminhamento da "sucessão" presidencial.

A ditadura não está desgastada apenas no Brasil: por todo o Cone Sul da América Latina as ditaduras estão caindo, sob o peso do seu estrondoso fracasso em todos os sentidos, do crescimento da crise econômica e social e do ascenso da mobilização das massas. Um golpe que buscasse endurecer o regime no Brasil encontraria um quadro internacional extremamente desfavorável.

A rejeição do malfadado decreto 2045 pelo Congresso é uma vitória do movimento

operário e popular. Foi sua mobilização, e a pressão que conseguiu exercer que obrigaram os parlamentares a votarem contra o governo e a rejeitarem o "entendimento", proposto pelo PDS para aplicar a mesma política de arrocho. Nesta mobilização, a CUT, convocando a greve geral contra o decreto mapeão, e particularmente o PT, desempenharam um papel de primeiro plano. Iniciando a organização dos seus militantes para a mobilização popular contra a política econômica do regime, o PT vem dando passos à frente na sua afirmação como partido dos trabalhadores, como dirigente político das massas. Este esforço se combina com a discussão que vem se dando na Executiva Nacional e no Diretório Nacional do partido sobre a luta por uma alternativa de governo de interesse dos trabalhadores, sobre a colocação mais clara do PT no plano político. É por este rumo que devemos seguir, trazendo de volta a bandeira fundamental da Assembleia Constituinte, soberana e democrática.

Por outro lado, a decisão de adiar a greve geral foi correta.

E aqui, é preciso reconhecer: não apenas porque o objetivo imediato foi conseguido com a derrota do 2045, e portanto obtivemos uma vitória, mas também porque a preparação da greve estava ainda precária.

Setores importantes do movimento sindical e popular boicotavam a greve: os pelegos — é claro que só fariam diferente muito pressionados e a contragosto —, os vários setores em que se divide hoje o PCB, o PC do B (este último com a safada argumentação de que era favorável a uma greve geral, mas outra!). A CUT ainda está na sua fase inicial de organização, e sofre problemas como a falta de dinheiro, a pressão e a repressão do regime. São problemas que urge sanar, avançando no processo de organização da CUT e cobrando e pressionando os setores fora dela no movimento sindical, principalmente os que vão realizar o "CONCLAT de novembro", para que se juntem à CUT e à organização da greve geral.

Pois está cada vez mais claro que o único caminho diante do movimento operário e popular é a preparação e realização de uma greve geral.

O governo já deixou mais do que claro o que fará: editará outros decretos, até conseguir aprovar algum deles. Diante disso, ou a oposição chega a um "entendimento", aceitando colaborar na aplicação do arrocho, ou luta pelo fim do regime.

Os partidos da oposição burguesa, PTB, PDT, PMDB, já deram mil provas de que querem um entendimento com a ditadura: declarações de Tancredo e Ulysses, encontro dos governadores do PMDB em Foz do Iguaçu, a busca de acordo no Congresso. Tentaram até a última hora evitar terem de rejeitar o 2045, adiando inclusive a votação.

O caminho do PT, e de todo o movimento combativo, só pode ser o da luta contra do regime. Está claro que não basta conseguir a rejeição de alguns decretos, pois vêm outros. Não é possível mudar a política econômica sem mudar o regime.

E o grande recurso que os trabalhadores tem para lutar é a greve geral, que é cada vez mais claramente uma greve política pelo fim do regime.

A conspiração contra o povo

Agora, o partido perdeu-se, revela-se fraco e vá ser fraco assim nos infernos..." A observação, crítica e angustiada, do peemedebista Teotônio Vilela mostra toda a frustração de quem espera do PMDB uma postura oposicionista decidida.

A trajetória do PMDB, após as eleições de 1982, tem duas linhas: a prática dos governadores e a luta interna pela direção do partido. A conduta dos governadores foi limpa: recusaram-se no primeiro momento a formar uma coordenação de governadores que pressionasse a ditadura, optando pelo diálogo e pela barganha pessoal com Figueiredo; optaram pelo alinhamento com o governo federal na repressão ao movimento operário; evitaram o engajamento na campanha pelas eleições diretas definida pelo PMDB e, assim por diante.

A luta interna no PMDB, refletida nos desacordos de ênfase e tons de Ulisses e Tancredo, veio se arrastando durante todo o primeiro semestre e alcançou o seu ponto crítico quando Ulisses, pressionado, estafado, pediu, pela primeira vez na sua história de presidente do PMDB, licença. Ulisses neste momento estava sob o fogo das pressões para subir a rampa e conversar com Figueiredo. A gestão de Teotônio Vilela foi curta e marcada por momentos patéticos, como aquele em que em plena greve do dia 21 de julho, se disse "envergonhado" pela repressão desatada por Montoro.

O programa do PMDB, levado ao ar depois de uma luta interna violenta, compôs a ala de Ulisses com as pressões da esquerda peemedebista, representada por figuras como Arraes, Chico Pinto. Por causa disso, o programa foi alvo de uma crítica aberta da Tancredo Neves.

O encontro de Ulisses e Tancredo, no qual Ulisses se abriu à perspectiva privilegiada do diálogo com Figueiredo, marca agora a consolidação de uma linha inversa: composição dos setores que propugnam a realização de eleições diretas e do outro que propôs a articulação de uma candidatura de consenso.

Salva-guarda da ditadura

O PMDB vai ao encontro de Figueiredo como um resultado direto de enfraquecimento contínuo da ditadura, dividida pelas várias

A negociação da ditadura com o PMDB e o PDT, por mais que esforce em parecer o contrário, é um arranjo para salvar a pele das classes dominantes em detrimento dos interesses dos trabalhadores. E não conseguirá resolver os graves problemas que afligem o país.

O calendário da negociação

5 de outubro — Figueiredo, em cadeia nacional de rádio e televisão, anuncia a disposição de proceder um reexame do 2.045 e faz uma convocação geral para o diálogo. A convocação é feita logo após o acordo no Congresso em relação ao caso Juruna.

11 de outubro — Em audiência de 30 minutos, Figueiredo recebe o governador Tancredo Neves. A audiência aconteceu por iniciativa de Figueiredo, desejo de estabelecer uma ponte de negociação com o PMDB. No encontro, Figueiredo pede o apoio das oposições para a superação da crise e se queixa das dificuldades em conduzir o processo sucessório.

12 de outubro — O general Ludwig, ministro chefe da Casa Militar, dá declaração de que o governo "não descarta a negociação das eleições diretas para a Presidência da República". Na abertura do Congresso dos Avicultores em Santa Catarina,

Figueiredo discursa dizendo-se disposto a "rever posições à luz de novas propostas e sugestões vindas do PDS ou dos partidos de oposição."

13 de outubro — Encontro de Ulisses e Tancredo no Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte, para discutir as propostas surgidas do encontro do governador mineiro com Figueiredo. O encontro é assistido pelos líderes do PMDB no Senado e na Câmara dos Deputados e pelo senador Pedro Simon. Após o encontro Ulisses concede entrevista aceitando formalmente o diálogo com o governo. "O presidente Ulisses e eu estamos perfeitamente sintonizados. Não há divergências", afirma Tancredo após a reunião.

14 de outubro — O presidente do PDS, José Sarney vai a São Paulo e dirige-se a casa de Ulisses a quem entrega a proposta de política econômica elaborada pelo grupo dos 11 do PDS. Em seguida, Sarney vai ao Rio encaminhar o mesmo documento a Doutel de Andrade, do

PDT. Em Brasília, Teotônio Vilela, vice-presidente do PMDB, dá declarações condenando o PMDB por aceitar a discussão tendo como base o documento do PDS. E acrescenta: "agora, o partido perdeu-se, revelou-se fraco e vá ser fraco assim nos infernos..."

15 de outubro — Já em Foz de Iguaçu, recém chegados para uma reunião dos governadores peemedebistas, Wilson Barbosa (Mato Grosso do Sul) e Gilberto Mestrinho (Amazonas) dão declarações favoráveis à tese da união nacional e de uma candidatura de consenso.

16 de outubro — A reunião dos governadores peemedebistas aprova um texto político afirmando que "só as eleições diretas podem superar os graves problemas atravessados pelo país". Na reunião, o centro dos debates convergiu para a discussão da negociação com o governo e da tese de uma candidatura de consenso, sendo aventados os nomes de Tancredo Neves e Aureliano Chaves.

As pérolas da conciliação

Franco Montoro, governador de São Paulo (PMDB) — "Eu já subi a rampa muitas vezes. O problema não é subir, mas fazê-lo com algum objetivo. Se o interesse do povo, do País, o aconselha, não há rampa que não deva ser subida.

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro (PDT) — "Agora precisamos examinar todas as proposições do governo com espírito público e assumir uma atitude de colaboração".

Ulisses Guimarães, presidente do PMDB — "Eu não posso recusar a co-responsabilidade do presidente nem do meu partido

quando ele (o Presidente) nos propõe um diálogo, vamos aceitar o diálogo".

Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas (PMDB) — "A maneira para superar a crise é a adoção de uma política de diálogo franco com o governo federal, para se chegar a um consenso em torno de uma saída para a crise".

Wilson Barbosa, governador do Mato Grosso do Sul (PMDB) — "O consenso pode ser uma solução para o desafogo da crise".

Roberto Magalhães, governador de Pernambuco (PDS) —

"Afora o consenso entre todos os partidos para o estabelecimento de um governo de transição, transição de política econômica e transição no sentido de levar o projeto de abertura ao seu último estágio, só existe uma maneira de fazer a sucessão presidencial bem sucedida: a convocação de eleições diretas".

Tancredo Neves, governador de Minas (PMDB) — No dia 23 de outubro, Delfim Neto receberá das mãos do governador Tancredo Neves a medalha "Santos Dumont" que será também entregue a outros doze ministros do Estado.

candidaturas à sucessão, pela dissidência aberta do PDS, pela incapacidade de garantir a aprovação por suas próprias forças dos decretos-leis que necessita para consagrar o acordo feito com o FMI.

O momento seguinte à perplexidade da ditadura ao ver desaprovado o decreto-lei 2.024, do ponto de vista dos interesses populares, a continuidade da ofensiva contra a ditadura no plano parlamentar e, fundamentalmente, ao nível do movimento de massas. As forças peemedebistas no movimento sindical após boicotar o Conclat, boicotam a proposta da greve geral. E, agora ao nível parlamentar, levantam a perspectiva de uma solução negociada.

Um negócio escuro

Que negócio é estes que estes senhores se preparam para fazer? Eles próprios esclarecem: trata-se de ao nível econômico renegociar a dívida com o imperialismo, reparar os sacrifícios da crise mantendo no fundamental os interesses do grande capital. Ao nível político, negociar a reforma do regime, o prazo e as condições da realização das eleições diretas, mantendo no fundamental as restrições à liberdade de organização dos trabalhadores.

O que os une? O modo da crise dar lugar a uma ruptura com a ditadura na qual os interesses dos trabalhadores possam se impor aos interesses das classes dominantes. É sintomático que o governo Figueiredo e os governos das oposições burguesas tenham diante de si uma insatisfação popular crescente, medida inclusive pelos órgãos de pesquisa e jornais burgueses.

Nenhuma solução que nasça dos compromissos com a ditadura, nenhum governo que nasça da coalizão das diferentes forças da burguesia, mesmo que conte com o apoio e o aval de correntes do movimento operário, resolverá os problemas do país. Não será de união, nem nacional e muitos menos democrático.

A negociação da ditadura com o PMDB, com o PDT por mais que se esforce em se parecer o contrário do que realmente é, tem de ser chamada pelo seu nome: é uma conspiração contra os trabalhadores, contra a esmagadora maioria do país, contra o povo.

Neste momento em que as oposições burguesas e a ditadura enveredam pelo campo de uma saída negociada para a crise, a esquerda e o movimento operário vivem um momento particularmente importante: ou aceitam a condição de participante de segunda categoria, subordinando-se e transigindo sobre seus interesses fundamentais, no grande festim da burguesia, ou procuram levantar uma alternativa própria e contrária à dos setores burgueses.

As propostas apresentadas por Antonio Carvalho (MR-8), João Amazonas (PC do B) e Giocondo Dias (PCB) no IV Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros, promovido pela Assembléia Legislativa gaúcha e pelo Clube de Repórteres Políticos, optam pelo primeiro caminho.

O ex-vereador do PMDB, Antonio Carlos Carvalho, defendeu uma política que "se baseia na luta contra um inimigo comum do povo brasileiro, que são o imperialismo, os agiotas e os centros financeiros internacionais". E aponta como saída para a crise "uma coalizão nacional, que pode envolver todas as forças ativas e disposta ao diálogo e

ao entendimento, integrantes de todos os partidos e movimentos políticos. O problema não é de luta entre trabalhadores e empresários, civis contra militares. A luta deve ser entre a Nação e o Imperialismo". Por isso, na proposta do MR-8 não entra apenas Delfim e os ministros "safados" porque as Forças Armadas devem assumir seu papel e o presidente Figueiredo "tem uma excelente oportunidade de passar à história como seu pai. Não o excluimos de nossa proposta, afora os ministros entreguistas".

Giocondo Dias, do PCB, opõe à "política do desastre nacional" uma aliança baseado num "arco de forças heterogêneas, vinculadas

por uma dialética de unidade e luta e se solda na necessidade de derrotar a atual orientação econômico-financeira do governo. No plano institucional, tais forças se manifestam pelos partidos de oposição democrática e, inclusive, por segmento do PDS".

Após listar algumas bandeiras de um programa mínimo de medidas econômicas, propõe um "governo legitimado e assentado na vontade nacional". Como método para chegar até este governo, Giocondo propõe "a negociação, à base da pressão das forças sociais".

João Amazonas, após afirmar o caráter

estrutural da crise brasileira, responsabilizou o regime militar pela crise que atravessa o País. Para o PC do B, o primeiro passo para solucionar a crise é por fim em definitivo a esse regime anti-nacional, anti-popular, de violência e arbitrio, que apesar da abertura prossegue sob diferentes aspectos".

Segundo o dirigente do PC do B, "é hora de conjugar todas as correntes democráticas com vistas a substituição do atual regime" e, nesta linha, João Amazonas considerou "estreita" a proposta de composição de um bloco operário-popular, afirmando que o atual momento é de formação de um grande bloco das forças populares e democráticas que incluiria inclusive os governadores da oposição burguesa, duramente criticados por ele na oportunidade.

Amazonas chegou a afirmar que "os governadores até agora não encontraram o caminho para cumprir seus compromissos eleitorais por terem dois grandes medos: o medo da intervenção federal e o medo das massas". Mas o dirigente do PC do B acredita que "os governadores da oposição continuam subjetivamente desejosos de fazer uma política progressista e democrática..."

A burguesia aposta na transição

O regime é "uma corja". A frase não é de um agitador profissional nem mesmo foi dita por um saqueador furioso. É de autoria de Cláudio Bardella, grande empresário nacional e revela o estado de espírito cada vez mais freqüente em setores importantes da burguesia.

Mas a insolência da burguesia diante da ditadura que acalentou a sua ganância desmedida durante tantos anos não esconde a natureza conservadora de seu projeto. É preciso mudar ... para garantir a ordem.

Por Régis Moraes

O cenário político do Brasil poderia ser comparado — guardadas as devidas proporções — com a Alemanha do pós-1918. Condenado a pagar pesadas reparações de guerra à Inglaterra e à França, a não ter exércitos, a mudar suas fronteiras, o governo da nova república alemã teve que arcar com as dívidas feitas pelo império. A humilhação esmagou a economia, acirrou o nacionalismo de direita e preparou o ascenso para o nazismo, frente a outros dois projetos políticos que com ele se defrontaram: a república burguesa social-democrata e os socialistas revolucionários.

O governo militar brasileiro não declarou, mas deslançou efetivamente uma verdadeira guerra civil contra a classe trabalhadora. O governo que surgirá da crise por eleições diretas ou indiretas herdará uma dívida que é um verdadeiro assalto: afinal, metade dos cem bilhões de dólares é constituída por juros extorsivos e pela diferença de preços entre as mercadorias exportadas e o preço de importações, pagamento de serviços, patentes etc.

Herdeará ainda a solene declaração da "Carta de Intenções" do FMI, segundo a qual o país não pode falar em soberania quando tiver que pagar os falsos empréstimos imperiais. E, para completar a analogia com a Alemanha, o sucateamento da indústria brasileira ameaça atingir seriamente a indústria bélica e seus fornecedores (como a informática), que são alvo das negociações diretas entre Reagan e Figueiredo, negociações que abriram a maior polémica dentro do empresariado e dentro do núcleo armado do regime.

A burguesia na oposição?

A estratégia da ditadura que, na verdade, consistiu em hipotecar a alma para o diabo, transformou o país num consumidor neurótico e dependente de grandes símbolos dos hábitos de vida americanos: rede nacional de tv colorida, uma das maiores do mundo, discagem direta para todo o país via satélite dolarizado, e muitos outros enlatados que entorpeceram e comprometeram a produção do país por várias gerações.

O strip-tease do regime, causado pela crise, gerou a frase (em outras ocasiões e em outra boca incendiária) de Cláudio Bardella, grande empresário: o regime é uma "corja". Por coisa parecida um deputado quase foi para a forca.

Durante todo um período, a maioria do empresariado nacional amorteceu suas críticas ou divergências com a "corja". Por um lado, estavam comprometidos a não dividir a luta contra a "subversão", isto é, o esmagamento físico das oposições. Por outro lado, estavam eles também inebriados com parcelas do festim milagreiro e pelos lucros embutidos nos planos de desenvolvimento, subsídios e outras mamatas.

Agora, a burguesia local "acordou" de seu sono conveniente e reforçou a oposição moderada, em particular o PMDB. Verdade seja dita, com interesses nem sempre coincidentes com o capital estrangeiro, empresários como Ermirio de Moraes, Mindlin, Bardella e outros frequentemente se assustaram com a sanha predatória de lucro rápido e a qualquer custo dos banqueiros internacionais e das multinacionais. Afinal, seu capital é menos nômade que o desses senhores das canhoneiras imperialistas, que podem levantar âncora quando a situação esquenta, que podem socorrer seus lucros em perigo num país com o crescimento de outras filiais espalhadas pelo mundo e assim por diante.

Verdade também que, no momento atual e com o montante da dívida, os estragos de um bancarrota ou de um endurecimento brasileiro seriam enormes sobre a economia e a política norte-americanas. O governo Reagan teria que intervir para socorrer as instituições de crédito ianques, o que faria os contribuintes pagar, através de mais impostos, pela imprevidência e pelos lucros dos banqueiros.

Em compensação, o Brasil correria o risco de escorregar para fora do mundo ocidental e "livre", o que fez tirar do deputado governista Humberto Souto (MG) a seguinte frase irritada: "Não vão mandar mais dinheiro? Pagamos para ver se esse cowboy quer transformar isso aqui numa nova Nicarágua". Idêntica à advertência feita por Ermirio de Moraes em fins de maio, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

A trincheira do planalto

É dentro desse quadro que se colocam os choques entre esse empresariado e a "corja". O trunfo de Figueiredo e sua turma está num ponto crítico: qualquer rachadura, como por exemplo um golpe dentro do golpe, ameaça a própria sobrevivência da sociedade organizada pela ditadura. O discurso de Figueiredo, nos últimos dias, foi claro: "a desunião e a falta de colaboração, neste, grave momento, podem ter um custo por demais elevado para a nação".

Em outros termos, o general lembra que oposições burguesas e ele estão no mesmo barco e que ele pode fazer saltar a embarcação pelos ares. Por isso, prefere a "penosa austeridade em vez de incursões aventureiras em trilhas aparentemente fáceis, que só nos levariam ao descrédito e à desarticulação da economia nacional".

Para reforçar seus argumentos monolíticos, o governo aciona o terrorismo preventivo frente à moratória e ao rompimento com o FMI (ver ET nº 179 p. 3). O terrorismo foi repetido pelo deputado Prati de Moraes, coordenador do chamado Grupo dos 11, comissão organizada pelo PDS para reformar o decreto-lei 2045: "Estamos correndo o risco da paralisação do



comércio externo do Brasil, o que significaria o racionamento de gasolina e pão. Daí a urgência de uma política econômica coerente, apoiada pela sociedade".

O consenso "salvador"

O terror de uma verdadeira desintegração social ou de uma guerra civil em doses está presente não apenas em Figueiredo e seus discursos. É com essa idéia na cabeça que o general Andrade Serpa, dissidente militar "duro", lançou seu manifesto aos colegas de caserna, contra os golpes "liberticidas". É com base nela que um deputado (petista!) de Minas saudou Aureliano e seu consenso (ver ET nº 179).

É com base nela ainda que o senador Albano Franco (PDS), presidente da Confederação Nacional da Indústria, escreve as sintomáticas frases em que prega um "novo projeto de vida para o nosso país", alimentado pelo "sentimento de irmandade e de responsabilidade perante a cidadania": "Os políticos que não explicam correm o risco de ver a sociedade buscar as explicações em outros expedientes". Sua preocupação de classe está estampada no "líder" que cita como modelo: "se uma sociedade não é capaz de ajudar os muitos que são pobres, não será capaz tampouco de salvar os poucos que são ricos" (John Kennedy).

Por sua vez, o banqueiro Olavo Setúbal, maquinado como líder político de ponderáveis parcelas da burguesia fora do círculo restrito do Planalto, não poderia ser mais claro. Escrevendo para o *Jornal do Brasil*, em 9/10, não se fez de rogado: frente à "incapacidade do regime produzir formas viáveis de convivência representativa", trata-se de "recuperar confiança dos agentes econômicos na palavra governamental e reconciliar a sociedade com o Estado" e, assim, "tornar possível o engajamento de todos em torno de um projeto realista, exequível e transformador"; como a "estabilidade política pode vir a ser trunfo decisivo na renegociação externa e na reconstrução nacional", para Setúbal "a escolha de

ossos dirigentes não pode ficar restrita a um pequeno círculo dentro de um partido".

Em outras palavras, moderar os apetites é questão de sobrevivência, camaradas burgueses!

Construir uma alternativa

O crescimento da crise econômica, ampliada pelo alarmismo do Planalto, da crise social que vai do Nordeste à periferia das grandes cidades, da crise política que dilacera as várias facções que disputam a sucessão, da crise militar que se manifesta pelas prisões e manifestos de oficiais, tudo isso faz mais próximo o momento de "consenso diante do pior".

A estratégia do consenso avança e tende a abocanhar grande parte das oposições, inclusive parte da esquerda, que caminha firmemente para o papel de refém do regime. O desencanto político resultante desse pacto conduzirá, do ponto de vista burguês, à desmoralização da própria idéia de mudança.

Dentro de um afunilamento "consensual" como esse, o problema para quem não o aceita é formular e praticar um projeto político ao mesmo tempo ousado e amplo, de longo fôlego, pretensioso mesmo, de modo a catalisar a esperança de um país radicalmente diferente do que pensam os reformadores do regime. É esse o desafio que se coloca diante do movimento operário e de seus partidos políticos, principalmente o PT, que percebe, a julgar pela discussão que se faz nas suas direções e bases, a importância do "contra-poder popular" se tornar poder e não se cristalizar num eterno anti-poder.

A intervenção da classe operária, com métodos próprios, bandeiras próprias, organismos próprios, tem forçado as portas de tímidas aberturas e bloqueado, colocando no devido lugar, estes acertos palacianos. É desta maneira que ela pode vir a projetar uma saída não-patronal que empolgue as massas assalariadas e quebre o "universo em desencanto" que o governo e os reformadores do regime pretendem instituir para continuar governando.

O PT e a questão do poder

DIRETÓRIO NACIONAL

Um projeto de ruptura com

A reunião do Diretório Nacional do último fim de semana, mesmo com um quórum relativamente baixo, abriu uma discussão de enorme alcance no partido e deu grandes passos na definição de um "projeto político alternativo do PT frente à crise". Em pauta nada mais nada menos que a estratégia e a tática do PT na luta pelo socialismo.

Aqui, em primeira mão, um apanhado dos debates e das resoluções que breve estarão em circulação dentro do partido.



Por Flávio Andrade

A discussão no Diretório Nacional em torno de um "Projeto Alternativo do PT" centrou-se, ao longo do domingo, num texto de mais de 30 páginas preparado por uma comissão designada pela Executiva Nacional e composta por Francisco Welfort, Luiz Eduardo Greenhalgh, Perseu Abramo e José Ibrahim.

Este texto, refletindo o consensual na Executiva sobre o tema, mas indo além em algumas colocações próprias da maioria de seus autores, estava dividido em duas partes: uma primeira sobre "A crise e os projetos existentes", subdividida em "1) Caracterização

A crise com que nos defrontamos é global (econômica, social e política), profunda, ainda que em graus e ritmos diferentes (crise do governo, do regime militar e do sistema capitalista) e extensa (recobre todo o continente, particularmente a América Central e o Cone Sul).

e avaliação da crise, 2) Os projetos alternativos existentes e 3) Conclusões"; e uma segunda parte dedicada ao "Projeto alternativo do PT".

Politicamente, dentro do leque de posições da Executiva Nacional as propostas finais do texto, sua essência, estariam mais propriamente no centro-direita do espectro das posições partidárias. Por exemplo, à direita das posições expressas por Welfort em sua entrevista ao ET n.º 178, ou então, na sua formulação de governo, o texto apresentava a fórmula de um "governo de unidade popular com (apenas; NR) forte marca de trabalhadores assalariados".

Fruto da heterogeneidade política da comissão que o elaborou, o texto era, antes de mais nada, pouco preciso e bastante confuso nas suas formulações finais. Mas de qualquer forma, apresentava uma ampla avaliação da conjuntura, colocava claramente o desafio da questão do poder e iniciava, à sua maneira, uma resposta ao problema.

A decisão de se tomar este documento como base da discussão no Diretório foi fruto de uma votação onde se defrontaram duas outras opções.

A primeira, sustentada por Apolônio de Carvalho, do Rio, propunha como eixo um outro texto, de sua autoria, que enfatizava a "luta política mais ampla e mais alta pelo fim do regime autoritário, sob tutela militar que aqui está, e pela revogação de seus instrumentos de coação e retrocesso político e social. Mais concretamente, pela correção dos elementos de exclusão política e social dos trabalhadores, condenados e atuantes na abertura política em sua fase atual; e por uma nova qualidade, efetivamente democrática, marcada pela presença e pela responsabilidade crescente dos trabalhadores, na fase presente de transição a um regime de liberdades democráticas essenciais (...) através de um governo democrático, com a participação e a responsabilidade crescente dos trabalhadores organizados".

Situando-se claramente à direita no leque das posições em debate, a proposta de Apolônio polarizava muito mais pelo peso político de seu autor do que pela representatividade dentro do Diretório e, por isso, acabou preterida, contando apenas com seu próprio voto. É possível entretanto que alguns outros membros do Diretório, ausentes desta reunião, se presentes, engrossassem esta posição.

A segunda opção frente ao texto da comissão da Executiva foi defendida particularmente por Cid Benjamin, do Rio, Bruno Maranhão, de Pernambuco e Augusto, de Goiás.

Numa singular posição centrada no

Nos últimos anos começaram a surgir inequívocas manifestações concretas de que, do fundo deste caldeirão de miséria, opressão e desesperança, brotam e vicejam os primeiros sinais de rebeldia, revolta e insurgência contra esta situação.

espectro partidário, insistiam que a questão do poder não estava na ordem do dia, que o eixo de ação do partido deveria se bastar com a prioridade nas lutas populares, ressaltando assim a importância e a suficiência das lutas de resistência. Por isso, argumentavam, o texto da comissão era incorreto, abria espaço para formulações ambíguas e, em alternativa, propunham que o Diretório voltasse ao texto da Resolução Política de sua última reunião, tentando melhorá-lo. Da parte de Cid, inclusive, havia uma contribuição ao debate na forma de um longo texto sobre os perigos de o partido vir a aprovar, via o texto da comissão, a proposta de uma Constituinte.

Esta posição no entanto teve basicamente os votos destes seus defensores, assim prevalecendo, finalmente, por ampla maioria, como eixo para o debate, o texto inicial da comissão da Executiva.

Esta ampla maioria se deveu basicamente a uma composição de centro esquerda dentro do Diretório em torno da defesa do texto da comissão como ponto de partida. Por exemplo, Raul Pont, na esquerda do leque de posições, apresentara como contribuição um texto preparatório da pré-convenção gaúcha, onde se defendia a tática de luta contra a ditadura, através de um bloco operário e

O Planalto já não detém mais, inteira e exclusivamente, o poder político real no país. E esse poder começa a ser disputado. É necessário assim um projeto político para as classes trabalhadoras entrarem na disputa pelo poder.

popular, pela constituinte, contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio; e, ao mesmo tempo, destacava a propaganda do governo dos trabalhadores. Mas os que defendiam estas ou semelhantes posições no Diretório preferiram, no decorrer dos debates, retirar o texto da votação final, reforçando assim a opção pelo documento da comissão da Executiva.

Somente no início da tarde de domingo, depois deste longo preliminar, é que se iniciaram então as discussões e as emendas sobre o texto apresentado pela comissão, cuja formulação final, ainda por ser redigida, deverá começar a circular na próxima semana por todo o partido como documento preparatório para a pré-convenção nacional do ano que vem.

Entrando no texto, a partir de sua subdivisão enunciada acima, o documento começa caracterizando o "caráter global e integrado da crise (...) econômica, política e social". O desgoverno de Figueiredo e sua equipe e a desagregação do regime são carregados nas tintas: "Em primeiro lugar a desagregação institucional (...) A isso se acrescentam evidências assustadoras da mais desenfreada e generalizada corrupção em todos os setores que integram o aparelho do Estado. Trata-se de uma situação de degenerescência moral (...) Outras instituições do estado também se desagregam rapidamente: (...) crises nos órgãos oficiais de estatística (...) enfraquecem-se e se destroem as estatais como a Petrobrás (...) o Itamaraty se vê enredado em escusos negócios estrangeiros (...) dentro dos quartéis começa a efervescer uma ebulição (...) como reflexo da desagregação institucional começa a acentuar-se outro tipo de desagregação, a do bloco de apoio de setores da burguesia e das classes médias à política econômica oficial e por extensão ao governo e ao regime."

Pelo lado das classes dominadas o documento é menos carregado: "a classe trabalhadora brasileira e os setores médios da cidade e do campo ainda não alcançaram a união e a organização que seriam indispensáveis diante da crise das classes dominantes". Mas, apesar desta debilidade, argumenta o texto, há avanços no período recente em

vários níveis de organização e, mais do que isso, "nos últimos anos começaram a surgir inequívocas manifestações concretas de que, do fundo deste caldeirão de miséria, opressão e desesperança, brotam e vicejam os primeiros sinais de rebeldia, revolta e insurgência contra esta situação (...) já não se conformam, não se resignam, não mais toleram e não querem ter a paciência nem a complacência de suportarem calados e inativos a opressão, como se esta lhes fosse uma inevitável parte de um imutável destino (...). Acabou-se (...) Daqui para a frente o caminho ainda será longo e árduo. Mas ele já começou a ser trilhado. E já não tem mais retorno."

A partir destas linhas, algo poético-panfletárias sobre o presente potencial revolucionário das massas, o texto aprofunda em seguida, um por um, os vários aspectos da luta popular: sindical, bairros, desempregados, camponeses, setores combativos dos demais partidos de oposição etc. Para terminar sua análise globalizantemente, cobrindo o continente e, em particular, a América Central, como o marco mais geral da crise dentro da qual se encontra o Brasil contemporâneo.

No segundo item da primeira parte do documento, "Os projetos alternativos existentes", aparecem então as definições das muitas variantes de saídas hoje colocadas pelas classes burguesas: o projeto Figueiredo, a saída Aureliano, o consenso de Tancredo, as diretas de Ulisses, as manobras de Brizola bem como as hipóteses de um golpe são sucessivamente destrinchadas em seus supostos e consequências.

Aqui, uma discussão digna de nota no Diretório: o regime atual é ainda uma ditadura militar? Que tipo de transição se vive? Apolônio e Perseu insistiam na necessidade de mudança na caracterização, abandonando-se na análise a fórmula da ditadura militar, para se dar conta de toda a novidade da situação de transição atual; a maioria entretanto, defendida por Hélio Doyle e Jorge ("Macarrão), da Bahia, enfatizava o caráter basicamente militar do centro de poder ainda decisivo, e a equívoco que seria capitular diante do coro aberturista da oposição moderada que já se esqueceu da ditadura militar. No final, por votação: fica a fórmula de ditadura militar, numa tentativa de transição para uma democracia autoritária conservadora.

Na conclusão, terceiro item desta primeira parte sobre a crise, a síntese "O regime, com suas características fundamentais abaladas,

O partido em suas posições e propostas até agora tem quase que se limitado a apoiar e, às vezes conduzir, a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário mas não é suficiente. O PT tem que se colocar claramente a questão do poder.

colocou em cena, claramente, o problema do poder. Em outras palavras, o Planalto já não detém mais, inteira e exclusivamente, o poder político real no país. E esse poder começa a ser disputado (...). Em último, o sistema capitalista: seria uma verdadeira cegueira não perceber que, estando afetados o governo e o regime militar vigente, não estivesse também afetado, por consequência, o sistema capitalista (...) é preciso tomar cuidado para não chegar a conclusões precipitadas: não se trata de prever com algum tipo de duração ou prazo, o fim ou a destruição do capitalismo no Brasil. Mas sim de procurar detectar, para acirrar, as contradições mais flagrantes do sistema, para caminhar na direção de uma transformação da estrutura social brasileira."

A segunda parte do documento, a principal, "O projeto alternativo do PT", como era de se

LANÇA PROPOSTA: o regime militar

esperar, foi a mais polêmica e, por decorrência a mais emendada, que maiores alterações sofrerá na nova redação que será dada pela comissão. De qualquer forma é possível reter aqui, ainda que com imprecisões, o essencial do debate e das conclusões.

O problema é posto de forma curta e grossa: "a crise exige do PT novas definições quanto aos rumos a seguir daqui para frente (...) o partido em suas posições e suas propostas até agora tem quase se limitado a apoiar, e às vezes a conduzir, a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário. Mas não é suficiente. Daqui para a frente o PT tem que se colocar claramente a questão do poder (...) um projeto político para os trabalhadores alcançarem o poder".

O documento insiste que não se trata de abandonar as lutas de resistência ativa, mas sim de ampliá-las, intensificá-las, generalizá-las e, complementá-las agora com o projeto global alternativo do partido. Ampliar as lutas de resistência, melhorar a eficácia da intervenção do partido nas lutas sociais e politizá-las à luz do projeto alternativo — esta, em síntese, a linha proposta para se capitalizar ao máximo tanto o progresso que o partido vem encontrando nos últimos tempos em vários níveis de atuação como o potencial que tem pela frente.

Sobretudo porque, "temos que reconhecer que a viabilidade do projeto popular depende em grande parte do poder aglutinador e organizativo do PT (...) Sua responsabilidade aumenta na medida em que reconhecemos que nos demais partidos de oposição existem setores comprometidos com as lutas populares — e portanto com o projeto popular — e que necessitam transitar em direção a ele. Essa necessidade depende sobremaneira do PT que tem que tomar iniciativas suficientes para ir conformando um bloco de forças que devem integrar o referido projeto para que o mesmo possa obter sucesso no desdobramento da conjuntura (...) O PT tem que se preparar para a possibilidade de implosão dos partidos de oposição (...) no sentido de ir conformando o bloco de forças integrantes do projeto popular."

Mas o que é este projeto? O documento e as discussões não chegaram a uma resposta concreta e definida da questão. Mas apontaram rumos ou traços do que seria esta proposta que o partido deve formular. Em primeiro lugar, "O projeto político alternativo do PT deve ser concebido como um projeto de ruptura popular e institucional com o regime vigente. Não se está ainda no momento final desta ruptura. Mas também já não se está mais no seu momento inicial (...) O PT deve intervir no processo, portanto, para acelerar a sua marcha e para dar-lhe uma direção capaz de resultar num novo regime político que atenda — no limite máximo de suas possibilidades historicamente concretas — os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira."

Sobre as alianças em torno deste projeto: em primeiro lugar, diz o documento, é necessário que o partido se fortaleça, não apenas politicamente mas também no nível de sua implantação e organicidade: seguem-se várias medidas de construção partidária. Em segundo lugar, "É fundamental fixar com clareza o limite (dessas alianças; NR) Nenhum tipo de aliança com as classes dominantes, embora não se exclua acordos pontuais. Nas buscas incessantes de conquistas em todas as camadas da classe trabalhadora da cidade e do campo e em setores marginalizados social e

O PT tem que se preparar para a possibilidade de implosão dos demais partidos de oposição no sentido de ir conformando o bloco de forças integrantes de um projeto popular.



Devemos intervir na crise para acelerar o processo de desagregação do governo e dar-lhe uma direção no rumo de uma ruptura popular e institucional com o regime militar vigente.

economicamente. Uma política de independência de classe não exclui a necessidade de alianças (...) O problema não é saber se se fazem ou não alianças, mas o de saber para que, com quem e com quais critérios as alianças devem ser feitas. O PT tem hoje a capacidade de tomar iniciativas neste terreno, e não apenas de seguir a reboque de outras forças, correndo o risco de levar água para o moinho de outros partidos ou de setores de outros partidos (...) A política correta de expansão da base social e de alianças táticas com setores políticos — mantidas a independência e a autonomia do PT dentro destas alianças — poderá levar conforme a conjuntura, a frentes e uniões, parlamentares e extra-parlamentares. E tais uniões podem ser capazes de alterar a correlação de forças, na oposição e mesmo no regime. Inclusive de constituir a base de sustentação social e política de um novo governo e um novo regime."

Sobre o tipo de governo que o PT deveria propor desde já, muita polêmica no Diretório. Para alguns, apenas a propaganda estratégica do governo dos trabalhadores combinada com a agitação da constituinte; para outros, um governo de unidade popular (como constatava inicialmente no texto da comissão); para Apolônio, um governo democrático e popular (retomando a formulação de seu texto apresentado); para outros, apenas governo popular; ou governo de transição etc.

Como o tempo se esgotava (já noite adentro no domingo) e a discussão é de profundidade, preferiu-se que no texto não constasse, por hora, nesta divulgação imediata que terá, nenhuma fórmula precisa sobre o tipo e a designação do governo.

Igualmente sobre as bandeiras que comporiam o projeto, no plano político, econômico e social, a discussão não chegou a alguma formulação precisa. Menos por divergências de fundo político e mais pelo adiantado da hora que dificultava uma sistematização melhor da plataforma ou programa do projeto petista. Uma novidade digna de nota:

na questão da luta democrática uma recomendação para que o partido reabra a discussão em torno da constituinte. Aparentemente, tanto na Executiva como no Diretório há uma maioria a favor do assunimento pelo partido desta bandeira. Mas, dada a tradição negativa no tratamento da questão, preferiu-se tocar no tema pelo caminho da recomendação da abertura do amplo debate.

Por último, também por votação: o partido deve começar a discutir sua candidatura própria na campanha pelas eleições diretas; a minoria preferia que esta questão ficasse em aberto, coerentemente contando com a possibilidade de coligações.

Enfim, pelo que se depreende o que está em pauta não é somente a definição do PT frente ao problema do poder. Trata-se, na verdade, de uma discussão da maior envergadura e

Nenhum tipo de aliança com as classes dominantes (embora não se exclua acordos pontuais).

Nossa busca deve estar em direção a todas as camadas das classes trabalhadoras da cidade e do campo e setores marginalizados social e economicamente.

alcance. Cinco anos depois do surgimento inicial do partido, há quatro anos de sua fundação legal, e um ano depois das eleições, o PT reavalia sua trajetória, precisa sua avaliação do período e da conjuntura e começa a esboçar aquilo que classicamente se chamaria de estratégia e tática do partido na luta pelo socialismo. É apenas um começo, é verdade, que de forma alguma se esgotará

O partido deve começar a discutir: sua candidatura própria na campanha pelas diretas para presidente, a bandeira da constituinte na luta democrática, e a fórmula de governo que deve encabeçar seu projeto alternativo.

completamente de agora até a pré-convenção nacional. Mas a colocação concreta do problema do poder, da estratégia e tática para alcançá-lo, desata agora uma dinâmica dentro do partido que, de fato, supera já, pelo menos no nível do programa a ideia de um partido apenas de expressões dos movimentos sociais. É que coloca, em toda sua dimensão, o desafio de o PT ser um partido efetivamente dirigente das classes trabalhadoras.

DIADEMA Diretório instala Comissão de Ética

Esta reunião do Diretório Nacional, voltou à discussão sobre a crise entre a Prefeitura e o Diretório Municipal de Diadema. A Executiva Nacional havia deliberado um protocolo de medidas a serem cumpridas normatizando as relações entre diretório e prefeitura.

Como o prefeito, Gilson Menezes, não cumpriu as principais determinações deliberadas naquela ocasião, o Diretório Nacional, por unanimidade, decidiu instalar uma Comissão de Ética para analisar o caso, e propor uma solução. Segundo os Estatutos do PT, para tratar

de questões municipais, a Comissão de Ética nacional deve se formar com cinco pessoas, sendo uma da Comissão de Ética do município em questão, outra da estadual respectiva, e as demais de Comissões de Ética de outros estados, escolhidas por sorteio.

A Executiva Nacional deverá explicitar a esta Comissão sobre quais pontos ela deverá fazer sua análise e propostas. Após a apresentação de seu relatório, que deverá ocorrer brevemente, o Diretório Nacional deverá, então, ter uma solução final para a questão.

A ofensiva global do imperialismo

É verdadeiramente impressionante o engajamento dos Estados Unidos em operações militares por todo o planeta. A presença militar norte-americana nos conflitos aumenta em uma escala inédita desde o grande revés do Vietnam. Os EUA mantêm hoje, espalhados por todo o mundo, 500 mil efetivos armados, doze mil ogivas nucleares e 2.500 bases militares. E a lógica de aprofundamento de sua crise faz prever uma corrida incessante às armas.

Desde a guerra do Vietnam, não se via um engajamento tão grande dos Estados Unidos em operações militares espalhadas por todo o globo. O avanço do imperialismo não é figura de retórica. É uma realidade cada vez mais palpável, principalmente naqueles países que ousam desafiar a ordem capitalista.

A presença militar norte-americana nos conflitos aumenta à medida que a crise econômica mundial se aprofunda. Portanto, o belicismo de Reagan e a escalada anti-soviética não são apenas artimanhas dos republicanos. É uma necessidade vital do capitalismo.

Há lógica por trás de cada navio enviado contra a Nicarágua ou por trás das "forças de paz" no Líbano. Para entendermos essa lógica, precisamos repassar a situação dos Estados Unidos antes e depois da guerra do Vietnã.

Em 59, o imperialismo sofreu um grande abalo com a vitória da revolução cubana. Como Fidel Castro caminhou rapidamente para uma direção socialista, em 60-61, os líderes norte-americanos começaram a temer um avanço do "mundo comunista" em território até então indezessável: a América Latina.

Por isso, a resposta não demorou e, mais importante, não se limitou ao âmbito centro-americano: os Estados Unidos deflagraram uma ofensiva maciça contra toda e qualquer revolução nos países ditos coloniais, ou do "terceiro mundo". Assim, no começo da década de 60, os EUA envolveram-se na derrubada do governo nacionalista de Kwame Nkrumah, em Gana (África) e, também, tiveram ativa participação, através da CIA, no golpe contra o governo de Tshombe, no Congo (África). Apoiaram a sangrenta contra-revolução na Indonésia, em 1967, que levou Suharto ao poder e transformou o país num verdadeiro "quintal" do imperialismo. E, para completar essa fase pré-Vietnã, despacharam 40.000 marines para a República Dominicana, em 1965, para derrubar um governo meio socialista de Juan Bosch.

Boinas Verdes

Mas, desde o início da década de 60, quer dizer, desde a posse de John Kennedy, o principal objetivo dos EUA era acabar com a revolução vietnamita. E Kennedy estava disposto a investir nisso dinheiro, equipamento e homens. Foi Kennedy, e não Lyndon Johnson, quem tomou a decisão de formar os Boinas Verdes e o alistamento compulsório de jovens. Já em 64, havia 500 mil soldados norte-americanos no Vietnam.

Por causa da monstruosa intervenção norte-americana, a guerra do Vietnam transformou-se num teste crucial, numa prova de força entre o poder do imperialismo e da revolução. Daí, a violência das tropas americanas, o emprego de armas químicas (desfolhantes e napalm, por exemplo) e o uso quase que obsessivo de bombas. Os EUA não bombardearam o Vietnam do Norte e o Camboja para destruir recursos ou cortar ligações estratégicas. Fizeram por motivos políticos: demonstrar que os movimentos revolucionários que ousam desafiar os "seus" interesses (norte-americanos, é claro), vão sentir todo o peso do terror do (aparentemente) imbatível poder militar. Nesse quadro, encaixam-se, também, My Lai e as centenas de massacres de civis.

Se foi uma prova de força, quem perdeu, como se sabe, foi o lado aparentemente mais forte. Uma combinação de reverses militares (por motivos que vão desde a inadaptação das tropas invasoras ao cenário da luta até a tremenda força moral dos vietcongs e exército norte-vietnamita) e de um movimento anti-guerra dentro dos EUA mudaram os planos iniciais de Kennedy (e de seus antecessores, Johnson e Nixon): ao invés de destruir a revolução, os americanos queriam, por volta de 68, sair do Vietnam sem grandes desmoralizações perante o mundo. Os observadores do Pentágono e da CIA perceberam, depois da ofensiva do Tet, no Natal de 68, que seria impossível vencer a guerra.

Assim, no começo dos anos 70, Nixon iniciou um processo ao qual deram o nome de "vietnização do conflito". Ou seja, armar e treinar o exército sul-vietnamita para, aos poucos, retirar as tropas norte-americanas do país. Uma forma de "saída honrosa" para a derrota.

Entretanto, quando, na primavera de 75, o exército norte-vietnamita ocupou Saigon, o choque entre os dirigentes norte-americanos foi profundo.

A síndrome do Vietnam

Produziu-se a "síndrome do Vietnam" entre políticos e a população em geral. Ninguém mais estava disposto a bancar aventuras militares.

Em 76, com a posse de Jimmy Carter, tentou-se mudar esse estado de ânimo. Pois os políticos, se estavam abalados com a derrota no Vietnam, também tinham certeza de que ataques contra os EUA continuariam em todo o terceiro mundo. Em primeiro lugar, o conflito árabe-israelense de 1973 e a consequente duplicação dos preços do petróleo foram um duro golpe nos interesses do imperialismo no Oriente Médio. Depois disso, uma série de acontecimentos em várias partes do mundo serviram para desenvolver uma mentalidade de auto-defesa: em 76, Cuba enviou tropas a Angola, para impedir que o governo do MPLA fosse



Os famosos mísseis Cruise

A instalação dos mísseis na Europa

A Europa tem sido palco de numerosas e crescentes manifestações de massa contra a política nuclear do imperialismo. Aqui, um artigo explica o sentido dessa política e da instalação dos mísseis Pershing-II e Cruise.

Escalada militar imperialista em curso tem como objetivo fixado uma confrontação com a revolução colonial e não uma guerra com a União Soviética. Este é um ponto que a diferencia radicalmente da escalada militar imperialista do fim dos anos quarenta e do início dos anos cinquenta que tinham efetivamente por objetivo criar uma dinâmica de conflito militar direto com a URSS.

Apesar disso, o imperialismo não pode estar engajado em uma escalada militar contra a revolução colonial sem que esteja obrigado a buscar, ao mesmo tempo, neutralizar a União Soviética através de ameaças ou negociações. Com efeito, em momentos decisivos da revolução colonial, a ajuda militar e econômica da URSS tem jogado um papel crucial.

Foi a União Soviética quem forneceu a ajuda econômica e as armas com as quais a Frente Nacional de Libertação (FNL) infligiu a derrota aos americanos e a seus fantoches do Vietnã, que mantém o Estado operário cubano em curso, e que tornou possível o engajamento cubano em Angola. Um novo Estado operário na América Central deverá forçosamente buscar o apoio da URSS e a decisão desta ceder ou recusar esta ajuda determinará em larga medida as chances de sobrevivência deste Estado.

Assim, os Estados Unidos visam exercer uma pressão máxima sobre a URSS, destinada a impedir o acordo de uma ajuda militar ou econômica às revoluções da América Central ou a toda outra luta contra o imperialismo. O imperialismo americano se empenha, então, para cortar a principal ajuda militar e material à revolução colonial.

A política internacional global do Kremlin é a colaboração de classes. Sua política na Polónia e nos outros países da Europa Oriental é contra-revolucionária e criminosa. Uma grande parte da utilização da estrutura das forças armadas convencionais soviéticas está destinada à repressão de sua própria classe operária e das populações de outros Estados sob sua dominação.

Mas não se pode ter ilusões no campo das armas nucleares. A burocracia soviética considera que sua política de armamento nuclear se situa no quadro das suas relações com o imperialismo, e não pela repressão da classe operária na Europa Oriental e na URSS. Neste campo, as medidas da burocracia soviética são de simples reação a uma escalada atômica total e unicamente lançada pelo imperia-



lismo. Toda as proposições de abolição das armas nucleares, sem exceção, se chocam e continuarão a se chocar com a oposição dos Estados imperialistas. E a burguesia americana e seus aliados que ameaçam a classe operária de destruição nuclear.

O papel dos mísseis

É dentro da lógica desta política que o imperialismo americano procura a instalação na Europa Ocidental dos mísseis Pershing-II e Cruise. Eles permitirão aos Estados Unidos avançar ao máximo nas suas condições estratégicas e militares com relação à União Soviética e constituem um meio militar ultra-eficaz de exercer uma pressão enorme sobre a União Soviética.

Os Estados Unidos dispõem de bases ao redor das fronteiras da URSS e da Europa Ocidental. Graças a esses mísseis nucleares de raio de ação médio, relativamente baratos, podem atingir os principais pontos da URSS. O sistema dos Pershing-II, por exemplo, custa menos de 3 bilhões de dólares, e os mísseis Cruise, lançados do solo, custam menos de 4 bi, enquanto o sistema de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), os MX, custa mais de 35 bi, e o programa de mísseis lançados pelos submarinos Trident custa mais de 32 bilhões de dólares... De outro lado, os Pershing-II podem atingir alvos na URSS quatro ou cinco minutos depois de disparados, ou seja, seis vezes mais depressa que os mísseis lançados a partir da EUA.

A União Soviética, em troca, não dispõe de nenhuma base terrestre a partir da qual os mísseis de raio de ação médio possam atingir os Estados Unidos. Os EUA declararam abertamente, por ocasião da crise cubana dos mísseis (22 outubro a 22 novembro de 1962), que estavam prontos para desencadear uma guerra mundial para impedir a URSS de conseguir bases desse tipo. Uma outra vanta-

gem dos mísseis de meio raio de ação, para os EUA, consiste no fato de que eles se situam fora do território americano e, por consequência, não provocam a intensa atividade de oposição que o programa MX, por exemplo, tinha gerado nos próprios EUA.

Somando-se aos efeitos da maior escala da economia americana — cerca de duas vezes e meia a da URSS — o programa dos mísseis de raio de ação médio pesa portanto proporcionalmente muito mais sobre a economia e as forças armadas soviéticas. Porque, para se defender contra a possibilidade de um "primeiro golpe" americano, a URSS é empurrada a gastar somas gigantescas nas medidas de defesa, como a multiplicação de seus vetores e a sua manutenção permanente para operação, etc.

Esta pressão militar e econômica sobre a URSS visa obrigá-la a interromper sua "ajuda" à revolução colonial, seja pelo caminho da chantagem, seja por uma "barganha", seja simplesmente privando a URSS da capacidade material de aplicá-la.

Não há dúvida de que a burguesia americana considera que, combinada com a ampliação do arsenal convencional americano contra a revolução colonial e os graves problemas que enfrenta a burocracia soviética na Polónia e Aleganistão, esta política de pressão pelos mísseis já lhe trouxe numerosas vantagens. Foi com grande satisfação que a burguesia americana constatou a extrema passividade soviética a frente à invasão israelense no Líbano, deixando mãos livres às ações imperialistas. Do mesmo modo, em vista das entregas massivas de armas para Angola e Etiópia, a URSS teria recusado aceder aos pedidos nicaraguenses de aviões Mig.

Se a multiplicação dos mísseis na Europa Ocidental e nos EUA não é o único fator que impulsiona as decisões da burocracia soviética neste particular — há também, por exemplo, o fato de que armar a Nicarágua significaria um enfrentamento bem mais decisivo com os EUA que o caso da Etiópia — não há nenhuma dúvida porém que o reforçamento militar americano não só golpeia diretamente a revolução colonial, por sua pressão sobre a URSS, ele afeta todos os aspectos da revolução mundial. Compreende-se então a enorme importância do movimento contra os mísseis e contra as armas nucleares, não apenas para os trabalhadores dos países imperialistas, mas também para a URSS e a revolução colonial.

destruído pela África do Sul: esta operação, bem como a ajuda soviética à Etiópia, gerou muito medo de diminuição da influência americana em partes estratégicas da África.

Quase simultaneamente, acontece a revolução iraniana, esta sim um golpe irreparável contra a influência imperialista na Ásia. Junte-se à derrocada do xá a queda de um outro aliado histórico do imperialismo: Somoza, na Nicarágua. Os sandinistas tomaram o poder em 79.

Esses acontecimentos acabaram por trazer alterações na maneira de conduzir a política externa norte-americana: de um certo isolacionismo (não-intervenção nos problemas internos de outros países) na era Carter, para um engajamento cada vez maior, na era Reagan. Essa mudança de atitude está calcada em dois pontos: primeiro, a criação do RDF (Rapid Deployment Force), um enorme contingente contra-revolucionário capaz de colocar em campo, em poucas semanas, milhares de soldados; segundo, no aumento da pressão militar contra a União Soviética, com o intuito de controlar os movimentos revolucionários no terceiro mundo.

A crise e avanços revolucionários

Para os EUA, é irrelevante se a URSS é ou não a inspiração dos movimentos revolucionários. O que interessa a eles é que, de um jeito ou de outro, a União Soviética utiliza esses reverses imperialistas para reforçar sua posição estratégica no mundo. Diga-se de passagem, uma posição enfraquecida pelo golpe na Polónia, em 1981. Além disso, os soviéticos, de acordo com suas necessidades e objetivos, são capazes de ajudar financeira e militarmente qualquer movimento revolucionário ou nacionalista que enfraqueça os EUA.

Por isso, é questão de princípio, para os norte-americanos, "segurar" os movimentos, dar um "empurrãozinho" contra-revolucionário no sentido de rechacá-los e a qualquer potenciais aliados.

Para tratar com essas revoluções, os norte-americanos entendem ser necessário desenvolver uma superioridade nuclear. Assim, imaginam criar nessas regiões máxima flexibilidade militar, política e diplomática. Somente por meio de uma posição de força total os EUA poderão proteger seus interesses em todo o mundo.

Acontece que os conflitos entre o imperialismo e o terceiro mundo aprofundam-se a uma velocidade incomensurável, por causa da recessão econômica, particularmente atroz em países dependentes do capital externo, onde imperam miséria, desemprego, recessão, dívida externa e nenhuma solução à vista. Por isso, os EUA devem esperar mais revoltas.

América Central

A ameaça mais direta e terrível para o imperialismo vem da América Central. As ditaduras desses países situam-se entre as mais carcomidas entre aquelas sustentadas pelos EUA. As classes dominantes são muito vulneráveis a ataques contínuos e organizados. Mas, como desempenham papel vital para o imperialismo, precisam ser mantidas de um jeito ou de outro.

O problema de uma sublevação geral começaria com o canal do Panamá, importantíssimo para as comunicações norte-americanas. Mas, mais importante, teria desdobramentos ruinsos. Uma América Central socialista, ou em parte socialista, poderia expandir a revolução para o México e, sem dúvida, para toda a América Latina. Uma perspectiva terrível para os EUA. Um pesadelo que, em verdade, começou antes da vitória sandinista. Começou com a vitória do socialismo em Granada. A revolução nicaraguense deu novo impulso ao desenvolvimento da luta armada em El Salvador e Guatemala e obrigou os americanos a colocarem em sua agenda a necessidade de tratar com guerras regionais. De qualquer forma, eles nunca duvidaram que, para vencer essas guerras regionais seria preciso intervir diretamente em maior ou menor escala, conforme o caso. Reagan sabe que se os sandinistas permanecerem no poder, o capitalismo em toda a América Central jamais estará seguro.

E, a América Central não é a única parte do mundo a tirar o sono dos assessores de Reagan. Sem dúvida, trata-se de um perigo imediato. De uma sangria desatada que precisa ser contida, para usar uma linguagem tão apreciada pelo Pentágono.

O movimento pacifista da Europa Ocidental continua sendo um sólido obstáculo às pretensões militaristas de instalar mais mísseis em "países-chaves". Os movimentos anti-imperialistas da África, em particular a guerra no Chade e a luta contínua na África do Sul, também são ameaças constantes. Não se pode esquecer, ainda, do Líbano e dos palestinos, focos bem longe de terem sido "pacificados".

Os dois terços do mundo explorados pelo imperialismo não podem oferecer o suficiente numa época de crise capitalista; o avanço dos movimentos revolucionários e nacionalistas é inexorável. Na impossibilidade de acordo, funciona o velho "big stick".

Os Estados Unidos mantêm, no mundo, 500 mil efetivos armados, 12 mil ogivas nucleares e 2500 bases militares e outras instalações.

A guerra é a ordem do dia na maior parte do terceiro mundo.



O governo Reagan reforça o papel da CIA

Paralelamente à corrida armamentista, a CIA readquire a importância como órgão chave para a política externa americana. O aumento das operações da CIA se faz em um ritmo tão veloz que está sendo até necessário recrutar agentes já aposentados por falta de "mão-de-obra especializada".

Não que a Agência Central de Inteligência dos EUA corresse perigo de desaparecer. Mas, entre 73-80, andou meio por baixo, investigada em suas atividades pelo Congresso americano e com verbas e pessoal cada vez menores. Com Reagan e a recessão mundial, entretanto, a CIA retoma suas atividades.

Vamos relembrar alguns acontecimentos que tiveram participações diretas ou indiretas da CIA, fundada de pois da II Guerra pra atuar em casos que colocassem em risco a "segurança nacional" dos EUA. Em 1953, ajudou a derrubar o governo esquerdista de Mohammad Mossadegh, no Irã, e a instaurar a monarquia do xá Reza Pahlevi; em 1954, ajudou Castillo Armas a depor o presidente eleito da Guatemala, Jacobo Arbenz; em 61, 62, participou ativamente da elaboração do plano de invasão de Cuba através da Baía dos Porcos; durante toda a intervenção americana no Vietnam, manteve analistas e espões de guerra contra-revolucionária, bastante conhecidos, posteriormente, pela maneira sanguinária com que desempenharam suas tarefas (obter informações e reconhecer agentes do Vietcong).

Na década de 70, a CIA esteve envolvida com a queda do governo Allende no Chile e este, talvez, tenha sido o último episódio importante em que participou até início dos anos 80. Porque, na esteira de seu envolvimento no caso Watergate, que derrubou o presidente Nixon, o Senado não perdeu a oportunidade de investigar também o envolvimento da Agência no Chile. Essas investigações não levaram a quase nada. Entretanto, serviram para arrefecer o ritmo de trabalho da CIA até o início da década de 80.

O ressurgimento das atividades começou com o combate às drogas e à pirataria industrial. Mas, à medida que a situação mundial tornava-se mais delicada para os EUA, Reagan aumentou verbas e pessoal para a CIA retomar velhas e novas situações.

A diferença entre as atividades atuais e as de 20 anos atrás é que, hoje o Congresso norte-americano, a opinião pública e os meios de comunicação não são unanimemente a favor de envolvimento. E, muitos criticam a maneira até prepotente como Casey trata os políticos e os poderes cada vez maiores que Reagan vem dando a ele.

Progressão geométrica

As verbas para a Agência também têm aumentado em progressão geométrica, bem como as operações secretas de grande vulto (que custam entre 5 e 7 milhões de dólares). Durante o período Carter, havia entre 3 a 4 operações por ano; agora, sob Reagan, esse número cresceu para 12 a 14 operações, sete ou oito delas consideradas de grande vulto, envolvendo por volta de mil agentes, alguns deles retirados de sua aposentadoria forçada por "falta de mão de obra especializada". Eis alguns detalhes das operações da CIA em várias partes do mundo, segundo a revista Newsweek, de 10 de outubro.

América Central — numa das mais claras "ações secretas" da Agência, estão sendo gastos cerca de 80 milhões de dólares para deflagar a guerra contra a Nicarágua. Além de assessoramento técnico às tropas anti-sandinistas, os agentes da CIA têm orientado ataques aéreos, espionagem dentro da Nicarágua e atividade de propaganda para desestabilizar o governo sandinista. Tudo isso coordenado pelos centros operacionais norte-americanos localizados em Honduras, Costa Rica e El Salvador. Munição, remédios e comida são levados até os rebeldes por aviões de El Salvador. Os pilotos, agora, são saldosenhos, mas, já foram norte-americanos. Tanto a CIA quanto o Pentágono, que sabe e apóia as ações da agência, reconhecem, entretanto, que os sandinistas têm 3 ou no máximo 6 meses para provar que sua "revolução" pode obter sucesso na Nicarágua.

"Os sandinistas podem esperar indefinidamente; o Congresso norte-americano, não", afirmou um oficial americano à Newsweek. Uma tarefa que parece difícil, uma vez que, dentro desses próprios países, principalmente El Salvador, há uma situação explosiva de guerra revolucionária. Assim, há também uma campanha política interna a ser levada, a de convencer a população de que os guerrilheiros e não o exército é que são maus".

Afganistão — Armas e munições, que totalizaram, até o momento, 100 milhões de dólares, para os grupos rebeldes; condução de operações secretas a partir do Paquistão e de todo o Oriente Médio. Observadores também afirmam que a CIA mantém operações dentro do próprio Paquistão para manter sob controle o regime pró-americano de Zia Ul Haq.

Irã — A CIA está sustentando exilados iranianos na Turquia que trabalham pela queda do aiatolá Khomeini. Presumivelmente, esses exilados infiltram-se no país através da imensa fronteira desguarnecida e obtêm sucesso, sendo úteis como agentes ou informantes. Exilados iranianos na França também recebem ajuda semelhante.

África — Assessoramento, ajuda aberta e treinamento para as forças contra-revolucionárias no Chade, Etiópia, Angola e Sudão. Além disso, pelo menos uma operação deixou de acontecer por oposição do Congresso americano, segundo Newsweek um plano de fornecimento de armas para as forças anti-Khadaffi, atuando dentro da Líbia.

Ásia — Treinamento e assessoramento ao exército da Tailândia no combate aos produtores de heroína e aos centros de processamento da droga na própria Tailândia e na fronteira com Burma. A CIA também está trabalhando junto com os chineses para fornecer armas às forças de Pol Pot que volta e meia atacam o Camboja, na tentativa de derrubar o regime pró-Vietnã.

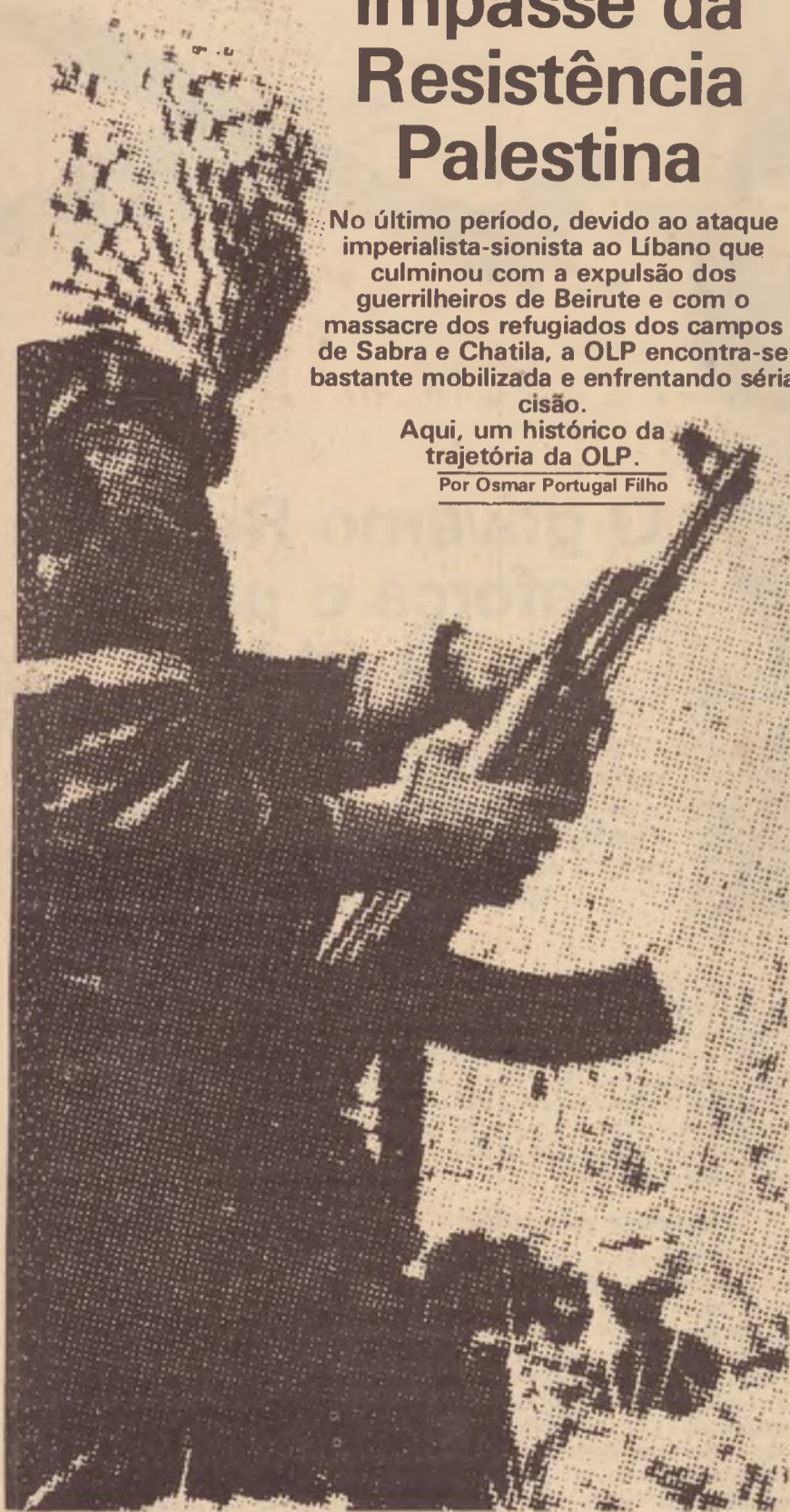
A crise e o impasse da Resistência Palestina

No último período, devido ao ataque imperialista-sionista ao Líbano que culminou com a expulsão dos guerrilheiros de Beirute e com o massacre dos refugiados dos campos de Sabra e Chatila, a OLP encontra-se bastante mobilizada e enfrentando séria

crise.

Aqui, um histórico da trajetória da OLP.

Por Osmar Portugal Filho



Passado mais de um ano da expulsão dos guerrilheiros palestinos de Beirute-Oeste, a ex-Suíça do Oriente Médio continua ser palco de numerosos enfrentamentos entre facções muçulmanas rivais, bem como de incontáveis escaramuças e mesmo de verdadeiras batalhas entre exército regular e organismos paramilitares direitistas, de um lado, e grupos muçulmanos, de outro. O que vem a demonstrar de modo inequívoco que o centro do problema libanês jamais foi a presença e a ação da Resistência palestina no sul do país e em Beirute. É evidente que, se essa presença e ação contribuíram, sobretudo a partir da guerra civil de 1975/1976, para explicitar e dinamizar as contradições no Líbano, não foram elas que as criaram.

Em agosto último, os drusos do Partido Socialista Progressista, liderado por Walid Jumblatt, atacando o aeroporto internacional de Beirute, o quartel-general de Yaze, uma base militar em Kfar Mata, e posições israelenses e norte-americanas, desencadearam ousado

confronto com o governo do presidente Amin Gemayel. Esses ataques precipitaram a retirada das tropas israelenses de Beirute para os sul do rio Auali, proximidades de Sidon, forçando assim uma intervenção mais direta, militar, das "forças de paz" norte-americanas e francesas na guerra.

De lá para cá, os conflitos vieram, num crescendo, desembocar no acordo de cessar-fogo de 25 de setembro — em muitas ocasiões violado — e nos preparativos para o chamado 'Congresso de Reconcilia-

ção Nacional' (conversações entre representantes das principais organizações político-religiosas libanesas com vistas ao estabelecimento de um acordo nacional), que deverá ser inaugurado no dia 20 próximo.

Partilha do território

Cientes de que seria muito problemático, tanto no que se refere aos custos financeiros quanto no que diz respeito aos custos social e

A 6 de outubro de 1973, o então presidente do Egito, Mohamed Anuar al Sadat, lança suas tropas em um ataque contra as forças israelenses, dando início à chamada Guerra do Ramadã (ou, para os israelenses, Guerra do Yom Kippur). Essa guerra, a primeira em que os árabes tomam a ofensiva, se desenrolará em duas frentes: a militar e a política. No âmbito militar, as vitórias iniciais obtidas pelas forças egípcio-sírias, com a reconquista da margem oriental e do Canaz de Suez significam (apesar da vitória final de Israel) a derrocada do mito da invencibilidade dos exércitos israelenses.

No âmbito político, com a utilização da arma do petróleo, os governos árabes fazem tremer as economias capitalistas, de ocidente a oriente, e alcançam uma importância internacional sem precedentes. Pela primeira vez, desde a partilha da Palestina, a correlação de forças no Oriente Médio será desfavorável ao Estado Sionista. Logo, começam a abrir-se perspectivas de negociações.

A questão palestina, ponto central da complexa situação na região, é, em consequência, recolocada. Contudo, o único fruto, palpável e verificável, deixado pelo alã negociacionista são os Acordos de Camp David (18 de setembro de 1978), pelos quais o Egito conseguiu, no ano passado, recobrar a península do Sinai.

O ano de 1973, inaugurando uma era de negociações no Oriente Médio, é também para a OLP o marco de uma virada em direção às iniciativas diplomáticas. Se, após a Guerra dos Seis Dias (1967), a Organização pela Libertação da Palestina passou a priorizar a "palestinização" da questão palestina, isto é, a necessidade da Resistência libertar-se da tutela dos governos árabes, bem como a de criar-se organismos militares que, a partir de bases na Jordânia e no Líbano, desencadeassem a luta armada, agora ela começa a trilhar o caminho do compromisso, do entendimento com os Estados árabes e com o imperialismo. Colocando entre parênteses o objetivo estratégico, traçado em seu programa de 1969, de implantar um "Estado democrático e leigo em toda a Palestina", a OLP passa agora a lutar pela conquista de um Estado Palestino na faixa de Gaza e na margem ocidental do Rio Jordão, territórios ocupados por Israel na guerra de 67.

Heterogeneidade

Da capitulação à ofensiva, da ofensiva à capitulação... as debilidades, as indefinições políticas e programáticas da OLP são um reflexo de sua composição de classes. A OLP é uma ampla frente que engloba desde as massas marginalizadas dos territórios sob ocupação e dos campos de refugiados até uma verdadeira burguesia economicamente ativa em vários países árabes. Ampla frente que congrega desde setores direitistas-islamistas até setores de esquerda. Para assegurar a convivência dessas variadas ideologias e a coesão interna, ela se vê limitada a um programa que propugna a democracia e o anti-sionismo, sem jamais colocar em questão as relações capitalistas de produção. E, em consonância com semelhante programa, a preconizar a "não interferência" nos assuntos internos dos países árabes, o que, na prática, significa tentar impedir o estabelecimento de

elos orgânicos entre a Resistência e a luta das massas árabes exploradas. Lembremo-nos, de passagem, que os governos da Jordânia, Líbano, Síria, etc., jamais observaram essa "pax"; intervieram, muitas vezes armadamente, nos destinos da Resistência.

Em 1979, depois dos ataques israelenses ao sul do Líbano, a OLP realiza um novo giro. Ao invés de conversações diplomáticas, passa a priorizar a guerra popular prolongada contra o sionismo e o imperialismo. No fundamental, porém, continua tudo como antes: a OLP prossegue em sua dependência da ajuda (condicional) dos governos árabes.

A ofensiva israelense

No início do ano passado, avançando em seu projeto de impor uma autonomia limitadíssima à Gaza e à Cisjordânia, sem ter de arcar com o ônus político de uma anexação formal, a troika Begin-Sharon-Shamir tenta substituir o governo militar desses territórios por um governo civil. A reação, em massa, dos palestinos não se fez esperar. E, as manifestações de março abril na Palestina ocupada conhecem o seu prolongamento na grande manifestação do 27 de março em Tel-Aviv. As manifestações anti-ocupação nos territórios ocupados não só tem sido constantes como vêm se mostrando cada vez mais organizadas e dimensionadas.

Somente tendo em conta esse fato que, combinado com a crise econômica por que passa hoje Israel, adquire maior gravidade, é que podemos compreender a ofensiva militar israelense no Líbano (iniciada a 6 de junho de 1982). Essa ofensiva, que teve seu ensaio-geral em 1978, tinha por objetivo principal infligir fragorosa derrota à Resistência e, por aí, quebrar o ímpeto do movimento de massas nos territórios ocupados, impondo negociações, em separado, ao Líbano, Jordânia e Síria. Se ele não foi completamente atingido, uma vez que a OLP sofreu graves derrotas mas não foi de todo destruída, a Batalha do Líbano serviu para fazer com que a balança no Oriente Médio voltasse a pesar favoravelmente ao Estado sionista.

A implantação de um Estado palestino, realmente soberano, na faixa de Gaza e na Cisjordânia converte-se hoje — mais do que nunca — em um objetivo difícil, quase impossível de ser alcançado. Os governos norte-americanos, israelense, europeus e árabes não permitiram que isso acontecesse. O Plano Reagan é o Plano Reagan; como os Acordos de Camp David (que "dedicam" algumas cláusulas à questão palestina), ele só poderia jogar fora o direito de autodeterminação dos palestinos. O Plano de Fez, bela e dourada pilula, só serve para aliviar a consciência culpada dos regimes árabes; ele foi tirado do bolso do colete na hora e nos termos exatos.

Da Guerra do Ramadã à Batalha do Líbano, uma certeza se firma; a solução da questão palestina passa necessariamente pela ligação orgânica entre a Resistência com o proletariado palestino em Israel e nos territórios ocupados, bem como com as massas oprimidas nos países árabes. Passa ainda pela implementação de uma prática internacionalista, a única capaz de conquistar a confiança e o apoio militante do movimento operário judeu.

Pacto não escrito de 1943 (segundo o qual o Líbano foi considerado um Estado confessional, em que o poder seria distribuído entre as principais comunidades religiosas) por uma Constituição que estabeleça um Estado laico e uma justa distribuição do poder (entre as burguesias das várias confissões religiosas, é claro!), pondo fim à hegemonia dos cristãos maronitas no aparelho de Estado e no exército. Para tanto, Jumblatt ocupa certa posição de força, pois que conta com o apoio da Síria, que, com a retirada israelense para o sul, consolidou melhor suas posições no vale de Bekaa e ganhou terreno nas proximidades de Beirute, repetindo a elitista máxima do reforçar-se militarmente para, depois, negociar com os donos do poder.

O 'Congresso', isso é transparente como água, nada solucionará. O que teremos não passará da ratificação da partilha, do território libanês e, a curto prazo, o exacerbamento ainda maior das tensões na região.

Líbano

Uma trégua instável

O conflito entre os drusos e o governo de Gemayel, ao lado da intervenção militar do imperialismo para evitar o desmoronamento de seu fantoche, trouxe novamente ao primeiro plano da cena política mundial a guerra civil no Líbano. No centro imediato deste confronto já não se encontram mais os palestinos em luta contra Israel mas o choque entre os distintos setores (e classes) da população libanesa e das nações da região, o que provoca o fracionamento do país.

político, ignorar os objetivos da Síria em território libanês, o imperialismo ianque inventou essa engenhoca de 'Congresso', que os governos libanês, sírio, saudita apressaram-se em patentear.

Nesse sentido é que Walid Jumblatt e seus aliados, entre eles o ex-presidente Suleiman Franjeh, sob cujo governo se deu o massacre de refugiados palestinos do campo de Tall el Zaatar, vão para a mesa de negociações exigir a substituição do

CUT adia greve geral

Aqui, a nota oficial da CUT divulgada no dia 20 de outubro.

“Apesar de ter recorrido a medidas ditatoriais, ao decretar medidas de emergência, cujo objetivo é intimidar o Congresso e os trabalhadores, o governo foi obrigado a aceitar a rejeição dos decretos 2036 e 2045. Isso ocorreu graças à pressão organizada dos trabalhadores e dos demais setores democráticos da sociedade.

A greve dos petroleiros de Campinas-SP, dos petroleiros de Mataripe na Bahia, dos trabalhadores do ABC e a vitoriosa greve geral do dia 21 de julho, se inserem no processo de luta dos trabalhadores e foram determinantes na rejeição do decreto 2024.

Com este avanço, os trabalhadores, através de suas organizações, associações, movimentos populares e partidos políticos, mostraram que estavam dispostos a deflagrar uma nova greve geral no dia 25 de outubro, sob a orientação da CUT, para combater o desemprego e o arrocho salarial que seriam impostos através dos decretos 2036 e 2045.

A ação do Parlamento foi importante para a rejeição destes decretos. Mas temos de estar conscientes de que foi a pressão organizada dos trabalhadores e dos demais setores da sociedade sobre os parlamentares que os levou a se posicionarem contra estes decretos. Por outro lado, ao fazê-lo, os parlamentares cumpriram compromissos assumidos em praça pública durante as campanhas eleitorais. Eles ajudaram assim a recuperar a credibilidade do Congresso Nacional perante o povo.

Tudo isso mostra, mais uma vez, que somente através de nossa organização e de nossas lutas podemos barrar os decretos e projetos que visam prejudicar os trabalhadores.

Após a rejeição dos decretos 2036 e 2045, o governo está enviando outro decreto ao Congresso Nacional. Mesmo sabendo que o novo decreto continua arrochando os salários, a CUT resolve suspender a deflagração da greve geral do dia 25 de outubro, pois:

1. Após a rejeição do decreto 2024, quando o governo anunciou a intenção de consultar os setores políticos, se criou um clima de que o 2045 seria certamente rejeitado ou substituído. Este fato contribuiu para que muitos trabalhadores ficassem em dúvidas se a greve seria necessária ou não.

2. O fato de certos setores do movimento sindical não terem se comprometido na preparação da greve, tentando as vezes boicotá-la, também contribuiu para lançar dúvidas sobre sua viabilidade.

Diante desse quadro, a CUT acha importante nossa preparação de uma nova greve geral, procurando:

1. Fortalecer e ampliar comandos e comitês de base nos bairros e em nossos locais de trabalho.

2. Desenvolver ampla campanha de conscientização sobre o decreto 2064 e das bandeiras de luta aprovadas no CONCLAT.

3. Buscar comprometer os demais setores do movimento na preparação e na organização dos



trabalhadores para uma nova greve geral.

No quadro da mobilização geral contra o arrocho e agora, contra o Decreto 2064, propomos que neste dia 25 de outubro sejam realizadas manifestações e protestos em todo o país, tais como:

- 1 — Manifestações por bairros
- 2 — Concentrações em praças
- 3 — Passeatas de panelas vazias
- 4 — Apagar as luzes das 20 às 20:15 horas e durante esse tempo bater panelas, etc

Gauchos preparados para a greve geral

O ato de protesto convocado pela Central Única dos Trabalhadores contou com a presença de dez mil pessoas.

Mais de dez mil pessoas compareceram à manifestação estadual no último dia 15 convocada pela CUT e pela Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Num sábado de muito sol, desde as duas horas da tarde começavam a chegar as delegações dos mais diversos pontos do estado e Porto Alegre. Aos poucos, o auditório Araújo Viana se enchia de faixas e cartazes.

Convocada e organizada apenas pelas forças que aderiram a CUT, a manifestação acabou sendo uma demonstração de forças aos setores vacilantes que boicotaram o ato. Deixou claro que o Rio Grande do Sul está preparado para a greve geral mesmo sem a participação de algumas forças políticas que aderiram à greve do dia 21 de julho. Falando em nome da Central Única dos Trabalhadores, Paulo Reanto Paim deixou claro que a greve geral nacional não é apenas contra o decreto 2045 mas sim contra toda a política econômica do governo e o próprio regime militar “responsável pela fome, pelo desemprego, pela expulsão das terras, pelo arrocho salarial, pela alta do custo de vida, pelos aumentos do BNH, pela dívida externa e pelas prisões e assassinatos de milhares de trabalhadores”.

Além das intersindicais e entidades populares, falaram também no ato representantes de todos os partidos políticos de oposição, inclusive o PCdoB e PCB. Este último, no entanto, simplesmente não conseguiu ser ouvido por um plenário que gritava incessantemente “a CUT é união, o resto é divisão”. O PT, como já está se tornando tradicional em todas as manifestações estaduais, foi o mais aplaudido.

Diante das manobras do governo tentando



negociar um novo decreto em substituição ao 2045 e do quadro incerto do grau de preparação da greve nos demais estados, a Central Estadual de Trabalhadores encerrou o ato com a proposta de manutenção do dia 25 passando pela avaliação nacional da CUT que se reuniria em São Paulo no meio da semana seguinte. No dia 25, das 20 às 20 h 15, se encerraria a greve apagando as luzes e batendo panelas em todos os bairros populares.

Caso o dia 25 não viesse a ser confirmado pela CUT, todo o trabalho de organização e preparação de uma greve geral deveria ser mantido no atual período como única forma de impedir que o FMI e a ditadura imponham sua política genocida à classe trabalhadora brasileira.

Plenária estadual da CUT/RJ Avanços na organização

A mobilização encontra fortes barreiras pelo peso dos sindicatos pelegos e reformistas. Mas a organização da greve tem avançado.

Com a presença da quase totalidade dos delegados ao I Conclat, dos membros eleitos para a direção da CUT e de diretorias de várias entidades sindicais e de moradores realizou-se, dia 14, a segunda plenária regional da CUT. Presente o coordenador geral da CUT, Jair Meneghelli, que deu um informe das condições do movimento sindical para a greve.

O nível de mobilização nas categorias, apesar da disposição de luta dos sindicalistas presentes, ainda é pequeno. Os destaques são o avanço na mobilização dos metroviários, com reuniões por local de trabalho, promovidas pela diretoria do Sindicato, e as associações de docentes que, a partir da deliberação pela greve da diretoria da ANDES, estão se lançando ao trabalho em todas as universidades.

Alguns sindicatos e associações profissionais de categorias quantitativamente menores, como arquitetos, sociólogos e assistentes sociais, tem se esforçado bastante na preparação da greve. O sindicato dos metalúrgicos de Niterói e dos Engenheiros do Rio ainda estão iniciando sua mobilização. Em Volta Redonda os sindicatos ainda estão desmobilizados e o dos metalúrgicos, em campanha salarial, já tem assembleia marcada.

Nas demais categorias, o peso dos reformistas e pelegos e da maioria da intersindical do Rio tem sido o principal entrave a preparação da greve. Daí a

importância das oposições sindicais e dos sindicalistas combativos, particularmente nos metalúrgicos, rodoviários e bancários do Rio.

Também assume importância o trabalho nos bairros e cidades da periferia, como Nova Iguaçu, onde foi organizado dia 11, uma assembleia intercategorias, Vila Cruzeiro, situada na zona de maior concentração de favelas do Rio, e Vila Kennedy, criando comitês de apoio à greve geral.

As possibilidades de êxito

A possibilidade de êxito da greve geral do Rio está determinada pelo papel que será desempenhado pelas duas categorias que reúnem, hoje, mais condições de ser as pontas de lança do movimento grevista: os metalúrgicos de Niterói e os metroviários do Rio. No caso destas categorias pararem será possível aos ativistas se lançarem no apoio à paralização dos estaleiros, das garagens de ônibus e mesmo mobilizar um piquetão móvel na cidade. Sem o respaldo destas categorias tudo ficará mais difícil.

Daí a importância de não se contrapor as assembleias populares à mobilização no interior das categorias, em especial destas duas. Ao contrário, só contando com a greve destas categorias é que nos daremos os meios de garantir a mobilização necessária para a deflagração da greve nas demais categorias.

A greve dos operários da Belgo

Você arreventou o setor dois. Por causa disto vamos mandar muita gente embora. De que lado você está: da empresa ou do sindicato?" disse o gerente de recursos humanos da Belgo em João Monlevade a um operário, nos momentos iniciais após a deflagração da greve no dia 3 de outubro.

"Estou do lado do meu direito. Estive na assembléia e votei pela greve. Vocês não vão me obrigar a trabalhar" respondeu o operário, contra o mestre da fábrica.

Esta cena mostra o ápice das tensões geradas pela direção da empresa na campanha salarial deste ano. Intransigência, pressões que levaram 3.600 metalúrgicos à greve "legal", no início deste mês.

Segundo João Paulo Pires, secretário do Sindicato e membro da direção da Central Única dos Trabalhadores, antes mesmo do início do movimento paredista, a Belgo já arquitetava violenta guerra psicológica contra o Sindicato na cidade. Além das ameaças, intimidações, matérias pagas em rádios, TVs e jornais, a direção da empresa chegou a marcar reparações das máquinas e os serviços de manutenção para o dia de deflagração da greve.

"A mando da empresa chegaram a pular sobre um companheiro que fechava o registro de uma das máquinas. Obrigaram, inclusive, cerca de 300 supervisores a continuarem o trabalho na fábrica" lembra João Paulo. Porém, independente das pressões patronais, durante oito dias de paralisação, 100% dos operários da empresa simplesmente cruzaram os braços. Somente a fábrica de oxigênio — devido aos riscos de uma explosão de hidrocarboneto gerado por um desaquecimento das máquinas — continuou em funcionamento.

As reivindicações

Desde o início da campanha

Uma grande passeata operária até o centro da cidade, comemorou as conquistas econômicas e políticas da greve que parou a Belgo Mineira em João Monlevade.

Por Américo Antunes

salarial em agosto — declara João Paulo — "a posição da Belgo foi de negar todas as reivindicações do Sindicato, inclusive aquelas conquistadas em acordos anteriores. Nem os 80% do INPC como previsto pelo 2045 — se dispunham a pagar".

O Sindicato, por outro lado, apresentava 47 reivindicações, sendo que a última destas desdobrava-se em mais 28 cláusulas que reafirmavam conquistas de acordos anteriores.

O reajuste salarial em 100% do INPC, a garantia de estabilidade por dois anos, o prêmio de retorno de férias de 196 horas e os 2% do anuênio, a manutenção do mesmo

valor de salários em caso de substituições, a reivindicação do adicional de 50% das duas primeiras horas extras e de 100% a partir da terceira hora compunham algumas das reivindicações dos metalúrgicos.

Em vista do impasse nas negociações, a direção da Belgo acabou recorrendo ao dissídio em meados de setembro. Frente a este quadro, o Sindicato iniciou ampla preparação para a paralisação, inclusive, orientando-se dentro dos critérios fixados pela Lei 4330/64 — a lei de greve.

"Acredito que a direção da Belgo esperava alguma medida mais geral do governo, talvez um Ato Institu-

cional que desse bases para uma intervenção nos sindicatos" afirma João Paulo. E prossegue lembrando que em todo o processo os metalúrgicos mantinham perspectivas de negociar, apesar da intransigência patronal. Nos três primeiros dias da greve, os metalúrgicos dispuseram-se até a voltar ao trabalho caso a empresa topasse sentar na mesa para negociar.

A decisão do TRT

"O sindicato dos metalúrgicos foi acuado pelo posicionamento sempre radical da empresa nas reuniões de conciliação" declararia o juiz relator do processo na reunião entre patrões

e empregados da Belgo, no oitavo dia da greve. Assim, após cinco horas de reunião, por quatro votos a favor e três contra, o TRT decidiu como sendo legal a greve dos metalúrgicos, fixando o retorno ao trabalho para o mesmo dia 11, à noite.

Fato interessante a destacar é que a pressão das "autoridades" e da empresa foram tamanhas que os juizes sequer tiveram tempo de conhecer direito o teor das reivindicações. Somente os documentos do Sindicato chegavam a mais de 200 folhas, tendo sido entregues aos juizes quatro dias antes da reunião do TRT.

Mas é claro. Cada dia de greve custava à empresa Cr\$ 500 milhões. Perdas de fato altas para uma indústria que, através de 3 mil demissões desde 81 — em suas três unidades —, conseguiu equilibrar-se frente à recessão, adequando seus custos. Que, por causa disto, mantém uma estabilidade em seus lucros.

Das 46 novas reivindicações apresentadas pelo Sindicato somente 18 foram aceitas. Reajuste integral do INPC, estabilidade no emprego por dois anos, entre outras, foram literalmente recusadas. Das 28 conquistas anteriores quatro não foram também aceitas pelo TRT.

Mas, enfatiza João Paulo, que o saldo do movimento é uma vitória econômica e política. Uma vitória, por exemplo, no caso do impedimento à rotatividade no trabalho, através da manutenção do mesmo salário em caso de substituições, entre outras das 42 reivindicações conquistadas.

"Quando voltávamos para João Monlevade após a decisão do TRT os trabalhadores já nos esperavam em um posto perto da cidade. Comemoramos com uma grande passeata até o centro" lembra João Paulo. E será este clima de combatividade que poderá fazer frente a qualquer recurso judicial ou repressivo da empresa, concluiu.

Coureiros São Paulo Novas conquistas

O mês de outubro começou quente para os operários coureiros da região de São Paulo. Duas greves foram vitoriosas: na Ginga, da Água Rasa e na Moon, de Itaquera.

Tão firme e disciplinada foi a greve da Ginga nos seus onze dias de duração que até o TRT de São Paulo, ao julgar o dissídio coletivo desta greve, decretou-a legal. Já a greve dos cem operários da Moon conquistou rapidamente o atendimento de suas reivindicações, inclusive a estabilidade de três delegados sindicais eleitos pelos trabalhadores.

Um novo sindicato

As categorias coureiras, enqua-

dradas no vestuário, obtiveram, após uma luta de três longos anos, o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho de seu sindicato: o Sindiluvus que já nasce com mais de 1.500 associados.

Todavia, o fato mais marcante da atividade dos coureiros neste mês foi a realização do seu II Congresso de Base, nos dias 1 e 2 de outubro na Colônia de Férias dos Metalúrgicos de Santo André, na Praia Grande.

Eram 111 delegados, 70 homens e 41 mulheres, representando 34 fábricas e milhares de trabalhadores da categoria. A resolução final do Congresso dos Coureiros, a preocupação com a preparação das cate-

gorias coureiras para as lutas gerais da classe trabalhadora e apoio irrestrito à construção da Central Única dos Trabalhadores. Foi o primeiro Congresso dos operários fabris a decidir pela filiação à CUT.

A segunda parte das resoluções aprovadas definiu as lutas específicas a nível das fábricas e a tática para o aprimoramento da organização sindical no setor. Ressalte-se a experiência interessante e incomum dos coureiros paulistas no terreno da organização sindical por local de trabalho, onde contam com mais de 200 delegados sindicais e membros de comissões de fábrica estáveis.

Movimentos populares

Dias 22 e 23 de outubro, será realizado em Belo Horizonte o 1º Congresso de Associações de Moradores de Bairros e Vilas de Belo Horizonte. O Congresso tem como temário a discussão das grandes questões nacionais; dos problemas específicos do movimento popular e a eleição da diretoria da Federação e Associações.

Três membros da coordenação provisória — André Xavier, Marcio Gomes e Lourival Araujo Andrade — nos falam das perspectivas deste Congresso.

Qual o quadro atual do movimento popular de Belo Horizonte?

Lourival — No geral, o movimento comunitário em Belo Horizonte é muito atrasado em termos de organização e possui uma relação viciada com o Estado, o que é estimulado por programas públicos como o PRODECOM (Programa de Desenvolvimento da Comunidade). Existem iniciativas localizadas de organização — como a UTP (União dos Trabalhadores da Periferia) — com grande tradição na defesa dos interesses dos favelados contra o Estado e as grandes imobiliárias; a UNAVEN (União das Associações de Venda Nova), bem como a Associação dos Moradores da Zona Leste de Belo Horizonte. Mas, estas iniciativas não foram ainda suficientes para estruturar um movimento popular democrático, independente e combativo.

A Criação de uma Federação pode contribuir para modificar esta realidade?

Lourival — Depende. Se ela cristalizar uma prática de solicitar ao Estado a realização de pequenas obras, de ficar na dependência de favores políticos, se incentivar pouco ou nada a organização de base, não. Se, ao contrário, ela possuir uma estrutura democrática de funcionamento, se lutar contra o arrocho

Belo Horizonte

Nasce a Federação das Associações de Moradores

salarial, o desemprego, ser independente dos políticos e do Estado, isto pode acontecer.

Mas, o fato é que são militantes do PMDB que estão em maioria na preparação deste Congresso, conseguindo inclusive amplo apoio da Prefeitura. Isto não pode prejudicar a Federação?

Marcio — Bem, é um fato que este Congresso recebeu apoio decisivo da Prefeitura. É verdade, também que os militantes peemedebistas que foram à Prefeitura solicitá-lo, ficarão, obviamente numa situação incômoda para criticar o governo estadual e a Prefeitura. Mas, o apoio foi dado sem nenhuma contra partida. Além disso, a tendência deste Congresso é ter um forte tom de oposição ao governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Isto, por duas razões básicas. A primeira delas é o conservadorismo do PMDB mineiro. Sua relação com o governo popular tem sido um misto de arrocho salarial e repressão. A segunda delas é o fato de que o governo estadual, a prefeitura tem também sua parcela de responsabilidade no que acontece à população em geral. Por exemplo, o transporte coletivo aumentou só este ano 162%, muito mais do que aumentava quando do governo do PDS. O pessoal das favelas, a UTP e a Associação dos Moradores da Zona Leste estão, neste momento brigando com a Prefeitura. Ela quer remover os favelados do vale do Arrudas, sem pagar indenização, alegando não ter dinheiro. Mas

todo mundo sabe que o Prefeito acaba de fazer uma reforma administrativa cara, criando cargos, colocando como Secretários Municipais parentes de deputados que foram seus correligionários no antigo PP.

Além disso, lutaremos no Congresso para que a Federação tenha uma estrutura democrática.

O que vem a ser esta estrutura democrática?

André — Organizar comissões de luta com participação aberta a quem se interessar; organizar regionais ou sub-sedes, com Conselhos de Representantes de Associações; incentivar a realização de assembleias de moradores por bairro. Essencialmente, não fazer da Federação um grande aparelho que se move a partir de uma diretoria, que toma sozinha todas as suas decisões. Caso isso aconteça, a Federação que for criada não conseguirá sequer agregar o que já existe de organizado em Belo Horizonte.

Quais são as principais lutas que vocês acham que a Federação deve travar?

Lourival — Belo Horizonte tem todos os problemas urbanos das grandes metrópoles. Hoje, aqueles que estão trazendo maiores problemas à população são o transporte coletivo, o mais caro do Brasil, além de desconfortável e ineficiente; a posse da terra urbana, dada a dimensão da população favelada na cidade (450 mil pessoas) e a presença de grileiros urbanos e o desemprego,



cuja taxa é uma das mais altas do Brasil. Além disso, pretendemos criar canais de comunicação com o movimento sindical para participar da luta contra o arrocho e a ditadura. De início, pretendemos que o Congresso apoie a Greve geral, até agora marcada para o dia 25, se engajando nas tarefas de sua preparação. Pretendemos também a realização para breve de uma manifestação para lançamento da federação.

Achamos que o nosso papel é evitar que a crise econômica, o desemprego espalhe o desânimo junto aos moradores de bairros e vilas. Temos que animar toda a turma para a luta. Mas, isso só será possível se o movimento tiver um caráter político forte e vínculos sólidos com o movimento sindical.

Construção civil/RGS Oposição Sindical se organiza para a luta

Criada a partir do comando de greve de 1979, quando 25 mil operários pararam as obras da grande Porto Alegre durante quatorze dias, a Oposição Sindical continua sua luta. Concorreu em 1981 para a diretoria do Sindicato da Construção Civil, sendo derrotada em razão do baixo número de sindicalizados (2.300 em 70 mil operários), das manobras da diretoria pelega apoiada pelos apoiadores do jornal *Hora do Povo* e de sua própria inexperiência.

A próxima eleição para o sindicato será em setembro de 1984 mas desde agora a Oposição Sindical se mobiliza através de uma massiva campanha de sindicalização, retomando também seus núcleos por local de moradia. No dia 21 de agosto, contando com a presença do secretário-geral da CUT, Paulo Renato Paim, a Oposição decidiu eleger uma coordenação encarregada de organizar a campanha e as atividades junto ao movimento da categoria. Foi decidida, na oportunidade, a criação de um grupo de apoio para a campanha, aberta a todos os setores interessados em apoiar a Oposição Sindical.

Pedro Garcia Carletti, presidente da chapa de 1981 e um dos atuais coordenadores da Oposição, fala a **EM TEMPO** sobre os planos da coordenação.

— Normalmente as oposições sindicais são criadas somente para concorrer nas eleições, dissolvendo-se logo após. Por que a Oposição conseguiu se manter funcionando?

Pedro — A Oposição foi formada pelos companheiros mais combativos do comando de greve de 1979. Daí para a frente ninguém mais

deixou de lutar pela organização da categoria e dos trabalhadores em geral. Dirigimos grande parte da nossa energia para a construção de associação de moradores em nossas vilas, onde se concentra a maioria dos operários. Bem ou mal, conseguimos atuar em todas as campanhas salariais da categoria, combatendo os acordos desfavoráveis negociados pela diretoria e lutando pela democracia interna nas assembleias gerais. Isso tem mantido unidos nossos companheiros.

— A diretoria anterior era classificada como pelega, tendo inclusive sido contra a greve em 1979. Muitos dizem que esta agora não é pelega, pois tem apoiadores do jornal *Hora do Povo*...

Pedro — A diretoria permanece praticamente a mesma que foi contra a greve de 1979. Mudou somente o presidente, que antes era um dos suplentes. E, na prática, a coisa não tem sido muito diferente. A categoria continua distante do Sindicato, são poucos os associados, inclusive porque os operários acham que se associar no sindicato é apoiar esta diretoria. Nas campanhas salariais perdemos todas as vantagens que tínhamos conseguido com nossa greve. Isso porque a diretoria faz acordos que mais interessam aos patrões e porque até a agressão física tem sido utilizada para impedir a Oposição de se manifestar nas assembleias, não existindo a mínima democracia.

— Mas a participação da atual diretoria no movimento sindical não tem servido para mudar seus métodos?

Pedro — Pelo contrário. A par-



Pedro Carletti

ticipação do Sindicato no Enclat ou mesmo na discussão da CUT não poderia ser mais negativa para os trabalhadores em geral. Conseguiram ser eleitos para a executiva da Central Estadual dos Trabalhadores, fazendo ameaças contra a unidade, embora não tivessem realizado sequer assembleia democrática para eleição de delegados. Poucos dias antes do Conclat, golperam todos os companheiros da CET, negando-se a participar do Conclat e passando a apoiar a articulação das federações e confederações. Definem-se abertamente favoráveis a uma conciliação com o governo e com os empresários, o que é incompatível com os interesses dos trabalhadores. Por isso, não queriam uma CUT combativa nem a greve geral.

— Quais os passos previstos pela Oposição para vencer as eleições no ano que vem. É possível?

Pedro — É grande o isolamento da diretoria, seja com relação aos operários da categoria, seja com as demais forças do movimento sindical. Isso coloca um momento muito favorável para uma vitória da Oposição, se ela for capaz de canalizar este descontentamento. Noutro plano, de nada adiantará nosso esforço se não conseguirmos realizar uma massiva campanha de sindicalização. Para isso, estamos contando com o apoio de todas as associações de vilas combativas e demais setores do movimento sindical, pois precisamos associar muitos operários e vencer a resistência dos companheiros contra o sindicato, sempre confundido com as últimas diretorias pelegas.

Canavieiros / Pernambuco

Tribunal dos Patrões

O Tribunal Superior do Trabalho negou a principal conquista dos 250 mil de Pernambuco, que depois de três dias de greve, haviam conseguido um reajuste salarial de 100% do INPC concedido pelo Tribunal Regional de Pernambuco, contrário ao decreto-lei 2045. A decisão não é definitiva, mas, vigorará até que o plenário julgue os recursos das partes. Manteve-se a unificação salarial, mesmo salário para a capital e o interior, conquista

de 1981 e que até hoje os patrões lutam por derrubar. Permaneceu também, o salário-família de Cr\$ 1.500,00 por dependente e a concessão "do sítio", área mínima de dois mil metros quadrados para que o trabalhador plante para sua subsistência.

Com estas medidas, os trabalhadores praticamente voltam a estaca zero, pois todas as conquistas deixadas pelo TST, há estavam asseguradas por dissídios anteriores.

Metalúrgicos/SP

Impasse na Campanha

Embora continuem as reuniões semanais e em algumas delas até diárias, por sub-sedes da Grande São Paulo, Osasco e Guarulhos, a campanha salarial dos metalúrgicos iniciada há mais de um mês, ainda não conseguiu esquentar e mobilizar pelo menos parte dos 500 mil trabalhadores que compõem a categoria. Até agora aconteceu apenas uma assembleia geral e a segunda está marcada para esta sexta-feira, dia 21.

No dia 14 último, realizou-se a primeira rodada de negociações com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). As reivindicações mais polêmicas: reajuste de 87% sobre os salários de maio, piso salarial de Cr\$ 172 mil e reajuste mensal de acordo com a elevação do custo de vida, ficarão por último. Porém, o Grupo 14 já adiantou que pretende negociar com base na legislação vigente, ou seja, com base no decreto-lei 2045, enquanto os trabalhadores afirmam que desconhecem mais esta imposição do governo.

Nesta primeira rodada de negociações, avançou-se muito pouco: os metalúrgicos reivindicaram estabilidade para os 27 membros da comissão de negociação e os patrões negaram. Os dois únicos pontos da

pauta discutidos foram: o salário profissional e o salário admissão. Os trabalhadores querem que nas empresas que possuam salários escalonados ou quadro de carreiras, as faixas ou padrões de salários possam ser desdobrados em um máximo de três para cada profissão. A antepenúltima faixa abaixo do teto, determinará o menor salário permitido para cada profissão.

A próxima assembleia será decisiva para o desfecho da campanha salarial e o clima é de expectativa em toda a categoria. Para convocá-la foram confeccionados 300 mil panfletos.

Além da discussão dos passos da campanha, a assembleia discutirá a posição da categoria sobre a greve do dia 25, marcada pela CUT. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos, até agora, é contrária a greve, neste dia. Consideram o dia 25, incorreto, por ser dia de vale. Além disso, antes de chamar a greve, querem esperar o resultado do projeto substituto ao decreto-lei 2045 e são contrários a greves marcadas com dois meses de antecedência, "pois isto permite que a repressão se aparelhe melhor".

Confirmado a previsão do ET (nº 176), para as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, apresentam-se três chapas: a CHAPA 1, **União e Luta**, composta por militantes do PT, apoiadores do "Voz da Unidade" e por um setor da atual diretoria, inclusive o atual presidente, Osvaldo Pimentel. A Chapa 2, **Princípios e Luta**, é composta por militantes do PT, por seguidores de Luis Carlos Prestes, por uma outra ala da diretoria e por ex-interventores do sindicato. A Chapa 3 é constituída pelos apoiadores do jornal *Hora do Povo*.

Neste número, ET entrevista três membros da CHAPA 1 (Jorge, presidente, Nelson, secretário-geral, Alvaro, diretor de base). Para o próximo número pretendemos entrevistar Ferreirinha, candidato a presidente pela Chapa 2.

— Qual a situação da categoria e quais as perspectivas de trabalho da Chapa 1?

Nelson — Numa categoria que soma mais de 240 mil metalúrgicos, temos hoje 70 mil demitidos e desempregados, espalhados pelo Rio, Caxias, Magé, Nova Iguaçu, S.J. Meriti, Nilópolis e Paracambi. Frente ao desemprego, atingindo principalmente as grandes empresas, até agora não houve uma resposta firme, principalmente por causa de uma diretoria que não se comunica com os trabalhadores, que não tem uma presença constante na porta das fábricas e pelo descrédito do Sindicato, que já vem de anos. Não se pode dizer que se trata de falta de capacidade de luta da categoria. Vemos grande potencial nas grandes empresas; é nessas 200 grandes que pretendemos centrar nosso trabalho, mesmo não deixando de lado as pequenas. Pretendemos descentralizar as atividades do sindicato, através da dinamização das delegacias, organização pelos locais de trabalho, imprensa ágil. Para isso, pretendemos liberar

Metalúrgicos/RJ Eleições disputadas

(Da sucursal)

os diretores da administração do sindicato, voltando-os para reunir e organizar a categoria por local de trabalho, num esforço que não se limite aos períodos de campanha salarial.

— Como avaliam a formação das chapas?
Jorge — No embrião desta chapa se pensava numa chapa única. Fizemos de tudo, mas foi difícil. A Chapa 1 é, das três, a que tem maior unidade, resultado de amplas reuniões.

Alvaro — O grosso da chapa 2 que concorreu em 1980 como oposição hoje está na chapa 1, com exceção dos ativistas da Igreja (pastoral). Parte da chapa 4, aquela que venceu as eleições, está apoiando a chapa 2, sendo um pessoal ligado a Prestes e outro também parte da diretoria atual.

A outra chapa, a 3, um caso grave de oportunismo. O que não espanta, pois é a chapa do *Hora do Povo*. Não tendo condições de força na chapa única, passaram a aliciar companheiros nas fábricas com as mais estapafúrdias promessas, inclusive oferecendo estabilidade por quatro anos. Voltando à chapa 2, não existe uma linha político-partidária dividindo com a nossa. Nas duas há militantes do PT, PMDB, PDT. E também nas duas há pessoas da atual diretoria ou comprometidos com ela. O que nos diferencia é, primeiramente, que defendemos uma unidade ampla de todas as tendências atuantes no sindicato, em cima de um objetivo: recuperar a confiança dos trabalhadores

na organização do sindicato. Já a chapa 2 é uma aliança espúria entre ex-interventores, pessoas que venderam sua estabilidade, dois membros que renunciaram e setores da oposição. A nossa chapa fundamentalmente representa os ativistas presentes na luta, principalmente nos estaleiros, e que mantiveram uma atividade sindical.

— Como foi a participação das duas chapas na greve do dia 21?

Alvaro — Nossa participação foi total. Custou-nos demissões, inclusive a minha, na Ishibras, e ameaças para muitos companheiros. A participação da chapa 2, com exceção do Ferreirinha, não existiu, pois diziam que a greve era de pelego. Aliás, deles, o Ferreirinha é o único que tem uma prática sindical. Outro ponto que quero destacar é a participação na campanha salarial. Enquanto estávamos na luta, a chapa 2 fazia sua campanha eleitoral. Não participaram de nenhuma panfletagem.

— Como a chapa se posiciona frente à divisão do movimento sindical e é necessidade da CUT?

Alvaro — Nosso programa defende a existência de uma CUT democrática, ampla e independente, capaz de agrupar as entidades sindicais de forma unitária e representativa. Defendemos a unificação do movimento sindical. É um debate e uma luta de toda a categoria, que na base está unida e quer a união contra seus inimigos. Queremos uma decisão dos metalúrgicos através de um



processo democrático, para que seja efetivamente uma decisão da categoria.

— A mobilização contra o 2045 é um passo e uma prova para a unidade do movimento. Como avaliam a greve do dia 25?

Alvaro — Assumimos a posição nacional dos metalúrgicos, que é a de parar contra o 2045. E o dia 25 está nessa perspectiva. Aliás, é preciso registrar claramente que as únicas paralisações que ocorreram no Rio de Janeiro foram de fábricas da base do sindicato dos metalúrgicos do Rio, ao contrário do que se divulgou, como por exemplo, de que Niterói parou.

Estamos agora em campanha salarial. Realizaremos uma assembleia frente ao julgamento do acordo e podemos entrar em greve.

Que tem medo do aborto livre

Vinte mil pessoas saíram às ruas do Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro, portando cartazes contra o aborto e em defesa da família, numa caminhada organizada pela Igreja. No entanto, de acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde, três milhões de abortos clandestinos são provocados por ano no Brasil, resultando na morte de cerca de 400 mil mulheres devido a intervenções mal feitas. Afinal, por que a Igreja combate o aborto livre?

Por Marília Carvalho

Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos o aborto para longe do Brasil". No meio dos cânticos, ressaltavam-se as palavras de ordem. Coordenada pela Pastoral Familiar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a caminhada do "Dia da Família" foi parte de um processo que apenas se inicia. No mesmo dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, o Bispo de Lorena, D. João Hipólito de Moraes, lançou uma campanha nacional contra a legalização do aborto diante de cem mil romeiros, na Basílica de Aparecida do Norte. E a CNBB já anunciou que a Campanha da Fraternidade de 1984 terá como tema a "Defesa da Vida": a luta contra a política anti-natalista do governo federal e o combate ao aborto.

Toda esta movimentação parece vir em resposta às iniciativas ainda tímidas do movimento de mulheres na luta pela legalização do aborto. Dia 22 de setembro foram feitas algumas manifestações, principalmente no Rio de Janeiro e existe um Projeto de Lei, apresentado em abril à Câmara dos Deputados pela Dep. Cristina Tavares (PMDB) ampliando os casos em que seria permitido o



aborto legal. O sermão de D. João em Aparecida do Norte criticava explicitamente os "deputados inconscientes e inescrupulosos, que querem manchar a família brasileira."

Um combate internacional

O Papa tem se pronunciado sucessivamente contra o aborto em todas as suas viagens e em reuniões da hierarquia da Igreja. A última destas declarações apareceu logo após a audiência concedida ao primeiro ministro espanhol, Felipe González. É que está em tramitação no Parlamento espanhol um projeto sobre o aborto, tão limitado quanto a atual legislação brasileira: a nova lei espanhola permitirá o aborto no caso de estupro, de doença hereditária ou de perigo para a vida da mulher. O protesto contra as limitações deste projeto de lei já levou à prisão mais de trinta mulheres espanholas que se manifestavam diante do parlamento.

Na verdade, todas as vezes que as mulheres lutaram pelo direito ao aborto, em todos os países do mundo, encontraram a mesma oposição da Igreja Católica e do Estado. A palavra de ordem da próxima campanha da fraternidade, "Direito à vida", já era brandida em 1973, nos Estados Unidos, quando a Corte Suprema decidiu pela legalidade do aborto.

Foi acionada há alguns meses atrás na Inglaterra, aparece agora na Espanha, esteve na Itália, em 1978, quando o direito ao aborto foi ali conquistado.

Vida de quem

Nas palavras mais recentes do Papa João Paulo II, todo homem deve defender "o direito à vida de uma criança não nascida", "uma vida que nem sequer tem voz para defender os seus direitos". Esta é uma das grandes falsidades divulgadas pela Igreja Católica: a equiparação do embrião humano a uma pessoa humana. Toda germinação no útero de uma mulher é chamada de "feto"; todo feto é chamado de "pessoa", "criancinha" e toda vida de uma pessoa é "sagrada". Exceto a pessoa da mãe, pois o próprio Papa deixou claro que toda gravidez deve ser levada até o fim, mesmo que custe a vida da mãe. Sem mencionar as milhares de mulheres que morrem por praticar o aborto em clínicas clandestinas, com curandeiros e "entendidas".

Por que este desprezo pela vida das mulheres? Uma das grandes diferenças entre a humanidade e os animais é que somos capazes de dominar a natureza, através de ferramentas e técnicas. Entre outras conquistas, os

humanos quebraram as correntes que os escravizavam ao cego e caprichoso processo reprodutivo animal. Todas as fêmeas do mundo animal não possuem qualquer controle sobre sua função reprodutora, estão biologicamente condenadas a seguir o ciclo reprodutivo sem qualquer pausa, a partir do momento em que se tornam férteis. A vida de uma fêmea animal é restrita a ninhadas incontroláveis e nada mais.

Muitos milênios de progresso produtivo e cultural possibilitam hoje às mulheres exercer conscientemente sua escolha a respeito desta questão. Como um ser humano, ela pode manusear suas inclinações à procriação ou não para ter uma vida totalmente produtiva, cultural, intelectual e política. Seja devido à ignorância em relação aos métodos anti-concepcionais, seja através de falhas acidentais de um certo contraceptivo, as mulheres frequentemente encontram-se frente a uma gravidez não desejada. Sob estas circunstâncias, o único e seguro método é o aborto.

Libertação das mulheres

A Igreja e todos os setores reacionários sabem que se as mulheres obtiverem o controle de seus corpos, elas continuarão a lutar pelo pleno controle sobre suas idéias e suas vidas. E isso representa uma ameaça para muitas superstições, crenças e instituições, como a família que têm garantido durante séculos a submissão das mulheres aos seus senhores terrestres e celestiais.

Se as mulheres adquirem o controle sobre sua função reprodutiva, a sexualidade fica definitivamente independente da procriação e adquire toda a sua dimensão humana de prazer e realização pessoal. Mas o que restaria então da família, da hierarquia, dos "costumes", da "moral"?

Finalmente, se o Estado e a Igreja pretendem intervir e controlar a função reprodutiva das mulheres, ninguém além dos pais se responsabiliza pelas crianças depois de nascidas. É o que afirmava claramente uma "aborteira" ao *Jornal Movimento*, em agosto de 1979: "Pecado maior é pôr no mundo um ser que só vai passar necessidade, vai passar fome. Vai virar um indesejado. Porque se a mãe não quer, quem no mundo vai querer? Aqui, a responsabilidade de criar o filho é só mais da mãe e do pai, mais de ninguém. E se a mulher é solteira é ela sozinha que vai aguentar o rojão, então se ela vê que não vai dar, ela pode tirar mesmo. Ela é dona do corpo dela, não é?... Claro que eu acho que era melhor não precisar fazer aborto, se todas as mulheres tomassem pílulas ou se tivesse um outro jeito seguro, e se todo filho que nascesse o governo desse uma ajuda, olhasse por ele, então não precisava mais ter aborto, não."

O QUE É FEMINISMO 4

As mulheres em movimento

Desde o século XIX, com a consolidação do capitalismo industrial, as mulheres têm se colocado em movimento. As primeiras campanhas foram em torno à conquista de uma completa igualdade legal com os homens. Através das lutas, as mulheres dos países capitalistas mais avançados conquistaram, em graus diferentes, vários direitos democráticos: o direito de acesso à educação universitária; o direito de trabalhar nos negócios e nas profissões liberais; o direito ao divórcio; o direito de participar em organizações políticas. Em vários países, esta primeira onda de lutas culminou com campanhas de massa pelo direito ao voto.

A nova radicalização

A partir do final dos anos 60, tomou corpo uma nova rebelião das mulheres contra a opressão que sofrem como sexo. Em todo o mundo, um número cada vez maior de mulheres participa em campanhas de massas contras as leis reacionárias que impedem o aborto e o uso de contraceptivos, contra as opressivas legislações sobre o casamento e a família, pela construção de creches. Denunciam e resistem às formas em que se expressa a opressão de sexo em todas as esferas, desde a política, o trabalho e a educação até os aspectos mais íntimos da vida cotidiana, incluindo o peso das

tarefas domésticas e a violência que as mulheres sofrem em casa e na rua.

O primeiro país onde apareceu essa radicalização das mulheres como fenômeno de massas foram os Estados Unidos. Surgiram milhares de "grupos de liberação da mulher" e foram um marco as manifestações de 26 de agosto de 1970, que reuniram dezenas de milhares de mulheres em comemoração ao 50º aniversário da conquista do voto pelas norte-americanas. Na mesma época surgiu o movimento de liberação das mulheres em todos os países capitalistas avançados.

As raízes desta nova radicalização das mulheres se encontram nas mudanças econômicas e sociais dos anos posteriores à II Guerra Mundial (1939-1945), que fizeram aparecer contradições cada vez mais profundas na economia capitalista, na situação da mulher e no sistema familiar patriarcal.

Novas contradições

A prolongada expansão econômica do pós-guerra aumentou de forma significativa a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1959 apenas 33% de todas as mulheres adultas trabalhavam fora de casa. Em 1975, esta taxa havia subido para 54%. O mesmo aconteceu na maioria dos países capitalistas avançados, abrindo as

perspectivas para as mulheres conquistarem sua independência econômica. Mas elas entram no mercado de trabalho já com um peso nas costas, marcadas como mão-de-obra para ser superexplorada, com salários menores, piores condições de trabalho e obrigadas a cumprir o trabalho doméstico.

Os avanços no campo da medicina, a descoberta de novos métodos de contracepção, como a pílula, criam a possibilidade para as mulheres de controlar o seu próprio corpo. Mas esta possibilidade é permanentemente dificultada por toda a ideologia da sociedade de classes: leis reacionárias, costumes, fanatismo religioso, toda a "moral" da sociedade burguesa.

Os serviços sociais organizados pelo Estado (creches, pré-escolas, lavanderias) e o desenvolvimento tecnológico com os modernos eletrodomésticos, comidas enlatadas, etc, diminuem as funções econômicas da família. No entanto, os equipamentos sociais são necessariamente insuficientes e os aparelhos eletrodomésticos são consumidos isoladamente por cada família quando ela pode consumi-los — e são utilizados isoladamente por cada mulher. No interior da família, são as mulheres que continuam responsáveis pelo trabalho doméstico.

À medida que a família perde cada vez mais sua função econômica, as bases reais para o confinamento das mulheres no lar é cada vez mais frágil. Mas as necessidades da classe dominante exigem a manutenção do sistema familiar, por todas as suas funções ideológicas e sociais. A contradição entre realidade e mito torna-se cada dia mais intolerável.

Estas contradições acirradas deram a base material a partir da qual se desenvolveu o movimento de mulheres nas décadas de sessenta e setenta. Ao mesmo tempo, elas demonstram que só a transformação revolucionária da sociedade, a destruição do capitalismo, pode abrir espaço para a construção da igualdade social entre os sexos.

Esta ligação interna entre a luta pela libertação das mulheres e a luta pelo socialismo nem sempre foi clara, nem para o movimento de mulheres, nem para o movimento operário. Praticamente em todos os países, o crescimento do movimento de mulheres na década de sessenta surgiu fora e independentemente das organizações de massas do movimento operário. Estabelecer esta ligação passa por compreender duas questões básicas: o que é a especificidade do movimento de mulheres e como se define a sua autonomia.

Os partidos estalinistas

Após a morte de Lenin, conformou-se a corrente estalinista. Sua concepção política inclui o "socialismo em um só país", a subordinação dos interesses da revolução mundial a conveniências diplomáticas da burocracia soviética, o monolitismo nos partidos, a colaboração de classes com correntes "democráticas" da burguesia.

A III Internacional foi formada a partir dos militantes socialistas que lutaram contra a guerra imperialista e se identificaram com a revolução dos soviets.

No entanto, as grandes esperanças do movimento operário após a vitória na Rússia não se confirmaram. A revolução internacional estalou de fato em 1918: na Alemanha, na Áustria, na Hungria, na Itália e em outros países. Mas em nenhum lugar fora da Rússia o proletariado chegou à vitória e a vaga da revolução refluiu.

O refluxo da revolução foi o ascenso da burocracia soviética: o proletariado foi perdendo o exercício direto do poder político e setores da camada dirigente, no aparelho de Estado e no partido, foram se distanciando das massas, defendendo interesses próprios, adquirindo privilégios materiais. A burocracia se cristalizou como uma camada social apoiada no proletariado mas distinta dele em um processo lento.

Na década de 30, finalmente, esta camada já bem definida liquidou o que restava do partido de Lenin, substituindo-o por um partido totalmente distinto, tanto no programa, quanto no regime interno, quanto na composição: a grande maioria da velha guarda bolchevique foi liquidada no período dos "processos de Moscou".

Naturalmente, este processo de burocratização teve uma consequência internacional direta: a liquidação da III Internacional como internacional revolucionária e a sua transformação em um instrumento da burocracia soviética. Conformou-se uma nova corrente política, distinta do marxismo revolucionário de Marx, Engels, Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo e outros, e distinta também da social-democracia. Esta nova corrente é o estalinismo.

Em sua existência até hoje, o estalinismo passou por muitas fases. Teve zig-zags esquer-

distas e terminou se fixando em uma prática sistemática de colaboração de classes, reformista. Adotou formas brutais de terror (tanto no interior da URSS: purgas maciças nos anos 30 e 40, repressão violenta a todas as formas de organização independentes; quanto no exterior: assassinatos de inúmeros opositores ou adversários políticos, invasão da Tchecoslováquia. Tem usado também formas mais sutis de poder burocrático.

Ruptura com o marxismo

O ponto de partida programático do estalinismo é a concepção de "socialismo em um só país", lançada por Stalin pouco depois da morte de Lênin. Esta concepção iniciou a ruptura com toda a concepção marxista de socialismo: o seu caráter obrigatoriamente internacional (na medida em que a economia ultrapassou as fronteiras nacionais e criou o mercado mundial, e a luta de classes se internacionalizou), a defesa do exercício do poder diretamente pelos trabalhadores, através de conselhos livremente eleitos, a própria idéia de que o socialismo significa a abolição não apenas da propriedade privada dos meios de produção e a economia planejada, mas também a abolição das classes sociais, e do Estado.

O marxismo é uma teoria que serve de instrumento de análise da evolução das contradições do capitalismo, das relações de força entre as classes, da realidade objetiva da transição do capitalismo para o socialismo. O estalinismo rebaixa o "marxismo" a instrumento de justificação das sucessivas viradas táticas do governo da URSS e dos partidos comunistas.

Nos países capitalistas, os partidos estalinistas subordinam os interesses da revolução socialista aos interesses da diplomacia da burocracia soviética. Isto é coerente com a idéia de "socialismo em um só país", e com a definição da URSS como "pátria do socialismo", "centro do campo mundial do socialis-



mo". Não há dúvidas de que a defesa da URSS é uma necessidade para o movimento operário, diante do imperialismo. Mas as políticas impostas pelo stalinismo têm servido é para provocar derrotas para a revolução mundial (a mais terrível foi na Alemanha, em 1933), que debilitam a URSS.

Monolitismo

O estalinismo modificou fundamentalmente a concepção de partido comunista. Adotou a teoria do partido único na direção dos processos revolucionários, e com um regime interno de monolitismo.

A existência do Partido Comunista da URSS como único partido no país partiu da proibição dos outros partidos, que foram sucessivamente se comprometendo com a contra-revolução, organizando atentados, etc. A proibição de frações no interior do PCURSS foi adotada em 1921, ainda com Lênin, como medida transitória. Podemos dizer que foram erros que favoreceram o processo de burocratização.

Com Stálin, a excessão se tornou regra e foi erigida em dogma. A fundamentação "teórica" de um partido único monolítico é a idéia mecânica de que cada partido corresponde a uma classe social, só podendo haver portanto um partido operário revolucionário e, mais ainda, uma única fração revolucionária.

Colaboração de classes

Finalmente, depois do VII Congresso da Internacional Comunista (que foi o último), quando foi adotada a política das "frentes populares", o stalinismo superou os seus zig-zags anteriores e adotou uma política coerente e sistemática de colaboração de classes. No lugar da defesa da independência de classe o movimento operário, tão enfatizada desde Marx, passou-se à concepção de que na luta contra o fascismo (ou contra outros adversários) os partidos operários deveriam fazer frentes com os partidos burgueses "liberais".

Estas concepções se tornaram então o contorno programático do estalinismo: o abandono da concepção marxista do socialismo, adotando a teoria do socialismo em um só país; a transformação dos partidos comunistas fora da URSS em partidos que sacrificam os interesses da revolução socialista em favor dos interesses da burocracia soviética; a concepção de partido único (quando no poder), e (sempre) com um regime interno burocrático, monolítico, e uma política bem desenvolvida de colaboração de classes.

O estalinismo constitui, ao lado da social-democracia, uma segunda corrente reformista e contra-revolucionária, embora sua ligação com a URSS, primeiro Estado Operário, dê um caráter contraditório a esta política. O estalinismo foi a ponta de lança da contra-revolução em muitas oportunidades: na Espanha em 1936, depois de 1945 na Grécia, na França, na Itália. Políticas de colaboração de classes do estalinismo conduziram muitas vezes a derrotas sangrentas, desarmando o movimento de massas: no Chile, na Indonésia, no Brasil mesmo.

As revoluções vitoriosas depois da segunda guerra mundial tiveram sempre de enfrentar alguma oposição dos dirigentes da URSS: na Iugoslávia, na China, no Vietnã, em Cuba. Mas nestes casos a URSS terminou sendo um apoio importante, na ajuda material ao processo revolucionário, principalmente após a conquista do poder, e foi uma barreira contra maiores intervenções do imperialismo. O estalinismo é, no plano histórico, contra-revolucionário; mas a permanência do Estado operário soviético, mesmo burocratizado, faz que mantenha algum vínculo com a revolução socialista, faz com que se diferencie da social-democracia.

PERU

Assassinatos em massa

A Anistia Internacional confirma as denúncias feitas pelo deputado peruano Hugo Blanco, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Por ter qualificado o general diretamente responsável pelas execuções de assassino, Blanco teve o seu mandato parlamentar suspenso e agora é alvo de fortes calúnias na imprensa peruana.

De acordo com a Anistia Internacional, as forças de segurança peruanas executaram sumariamente centenas de indígenas nas regiões andinas de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac. Os assassinatos têm ocorrido dentro da escalada terrorista levada adiante pelo governo de Belaúnde Terry contra o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso.

Em um anexo de 66 páginas da carta originalmente enviada ao presidente peruano, a Anistia Internacional cita detalhes de 138 casos nos quais se denunciaram sequestros, torturas e execuções sumárias perpetradas por unidades que agem sob a autoridade militar. Entre estes casos, estão os de oito jornalistas detidos e executados sumariamente na comunidade andina de Uchuracay.

Solidariedade a Hugo Blanco

A denúncia da Anistia Internacional vem confirmar as palavras do deputado Hugo Blanco, membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores e conhecido dirigente camponês. Por ter denunciado o general Clemente Noel Moral, chefe do comando Político Militar de Ayacucho, como assassino, Hugo Blanco teve o seu mandato suspenso até o final da atual temporada parlamentar.

Em resposta à acusação de Hugo Blanco, o general Clemente Noel sustentou em entre-

vista concedida aos jornais peruanos que Hugo Blanco "matou quatro guardas civis, queimando-os vivos" e que, portanto, "não tem autoridade moral para acusá-lo de assassino".

Calúnia

Em uma carta aberta ao general Noel, Hugo Blanco denuncia a calúnia do general terrorista. Na carta, Blanco fala sobre os indícios da luta camponesa no Vale da Convencion e Lares, em Cusco, durante os anos sessenta e nas quais foi um dos principais dirigentes. Na época, os fazendeiros da região protegidos pelas autoridades governamentais, usurpavam bens, torturavam e violavam as mulheres. Frente a esta situação, os camponeses em assembléia-geral decidiram preparar a auto-defesa armada.

"Como se vê", prossegue Blanco, "nossas ações armadas emanadas da decisão democrática das massas organizadas mostram uma metodologia oposta em relação àquela do Sendero Luminoso que pretende substituir essa ação das massas organizadas. Você, general, fala de guardas civis "queimados vivos". Isso é absolutamente falso, morreram três guardas em combate, não como as vítimas vossas que são assassinadas fora do combate. Tampouco matamos civis inocentes desarmados como fazem vocês cotidiana e covar-



Execução de camponeses no Peru

demente em Ayacucho. Fizemos o possível para salvar a vida do guarda que caiu ferido em Pujiura, deixando-o somente quando estava em mãos do enfermeiro do povo a quem oferecemos nossos medicamentos. Compare esta atitude com o assassinato de hospitalizados em Ayacucho. Você fala de quatro guardas quando os mortos foram três. Talvez se refira ao sub-oficial Chávez que foi morto por ordem de seus chefes pelo comportamento humano que tinha com o cam-

pesinato. Seus chefes informam que teve um "acidente".

"Como pode ver, finaliza Hugo Blanco, podemos exibir publicamente ações que formam parte da defesa de nosso povo. Ainda quando vocês nos obrigam a usar a violência para nos defender, tratamos de prejudicar o menos possível as pessoas em nossa luta por derrubar esse sistema anti-humano. Vocês não se atrevem a exibir vossas ações inumanas, próprias e inerentes ao sistema que defendem".

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Virginia Pinheiro, Juez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursal: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Unir os estudantes à luta da CUT

Este Congresso da UNE se realiza no momento em que se anuncia a reversão da situação de crise que vive o movimento estudantil. As principais questões que caracterizam esta crise começam a ser superadas, abrindo um caminho para a alteração das perspectivas para o movimento.

O grande impulso deste processo foi, sem dúvida, o ascenso do movimento operário e popular que tem como marco de referência a greve do dia 21 de julho. A mobilização dos trabalhadores, o crescimento da sua politização e centralização nacional com a criação da CUT, o desgaste das ilusões eleitorais, apontam claramente uma perspectiva de luta para os estudantes. Cada vez fica mais nítido para eles que o enfrentamento ao MEC e a ditadura exige a unificação de todos os setores explorados e oprimidos em um processo de mobilização conjunto.

Os reflexos desta situação podem ser notados nas mobilizações que ocorreram em algumas universidades neste segundo semestre, em geral muito radicalizadas e politizadas. Estas mobilizações trouxeram novos ventos para o movimento. Se em algumas escolas as lutas ainda foram muito centradas nos seus aspectos econômicos, em muitas outras a questão política ganhou mais peso.

O questionamento do poder nas universidades se alastrou por todo o país. Mesmo quando a mobilização iniciava contra os aumentos das anuidades, logo era colocada a necessidade da abertura dos livros-caixa e logo as reitorias das universidades eram invadidas, colocando em questão a sua estrutura de poder autoritária. Neste sentido começa a ser apontada a superação do eixo economicista que vinha predominando no movimento.

Neste processo em que os estudantes vão se integrando à luta dos trabalhadores e em que

Uma grande expectativa cerca o Congresso da UNE que se realiza em São Bernardo. Refletindo as possibilidades de ascenso, após a greve do dia 21 de julho e a fundação da CUT, o movimento estudantil tem diante de si o desafio de marcar a sua aliança com os trabalhadores e refutar a política de conciliação com a ditadura e de apoio as oposições burguesas. Para se dar este passo é fundamental a unificação de todos os delegados de oposição à atual diretoria da UNE, sob a direção do PT.

Por Flávio Silveira (Caco) — Presidente da UEE-RS



começa a se alterar o eixo do movimento cresce o desgaste das direções reformistas encasteladas a anos em algumas UEEs e na UNE. Mais importante que isto, que já vem acontecendo há algum tempo, é que agora toda esta parcela mais mobilizada dos estudantes começa a participar diretamente de forma expressiva nas instâncias do movimento, nos congressos estudantis. Foi isto que ocorreu nos congressos das UEEs recentemente realizados, excetuando o caso do Rio de Janeiro.

Esta participação mais massiva contribui para o rompimento da burocratização do movimento e, ao mesmo tempo, dá uma nova qualidade a estes eventos. Possibilita a derrota das direções reformistas e da sua política conciliadora e economicista, criando as condições para a construção de uma alternativa de direção para o movimento estudantil, realmente comprometida com os interesses dos trabalhadores e com uma política

de enfrentamento à ditadura e ao MEC.

Apoiar a CUT

É neste quadro que se realiza o congresso da UNE. Provavelmente ele contará com a participação massiva de delegados dos estados, resultado da nova situação política que vivemos. Existem todas as condições para que se aprofunde o processo desenvolvido nos congressos das UEEs, agora com um significa-

do político superior. É necessário agora que a UNE se posicione claramente ao lado dos trabalhadores organizando a greve geral na luta contra a ditadura e o imperialismo, e armando os estudantes para impulsionar as mobilizações nas universidades.

É este o papel deste Congresso da UNE. Aprovar uma plataforma política que redirecione o movimento estudantil. Ao nível geral apoiar a CUT e a greve geral na luta contra os decretos e pacotes econômicos, contra o arrocho salarial e desemprego, pelo fim dos acordos com o FMI e não pagamento da dívida, pelo fim da LSN, da lei anti-greve, por eleições diretas para presidente já. Também devemos prestar solidariedade ativa à luta revolucionária na Nicarágua e El Salvador, contra a intervenção imperialista.

Ao nível das lutas estudantis, o Congresso deve apontar a luta contra os aumentos e federalização das escolas pagas e pela suplementação de verbas nas federais combinando estas mobilizações com a questão do poder dentro das universidades. É necessário principalizar hoje a luta pela democratização das universidades, defendendo eleições livres e diretas para reitor e demais cargos eletivos e a participação paritária de professores estudantes e funcionários nos órgãos colegiados.

O passo decisivo para tornar este programa majoritário no Congresso é a unificação das forças petistas através da realização de um plenária dos delegados que são filiados ou têm referência no Partido dos Trabalhadores. Esta plenária, além da discussão de um programa, deve unificar a posição dos petistas em torno a uma proposta de chapa para a diretoria da UNE que seja capaz de reorganizar a entidade até abril de 1984, data que propomos para a realização de eleições diretas para a UNE.

Nos dias 7, 8 e 9 foram realizados os Congressos das UEEs de São Paulo e do Rio Grande do Sul, o primeiro com a participação de 577 delegados e o segundo com a presença de 565. Uma semana depois, realizou-se o Congresso da UEE do Rio de Janeiro com a presença de 207 delegados.

Entre outros congressos estaduais realizados neste período, estes três foram os que refletiram mais nitidamente a nova situação que começa a viver o movimento estudantil. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os estudantes rejeitaram a política conciliadora que vinha sendo encaminhada pelas diretorias destas UEEs, abrindo espaço para o surgimento de uma alternativa de direção para o movimento nestes estados. No Rio Grande do Sul, o Congresso referendou, por esmagadora maioria (cerca de 90% dos delegados), a política combativa da atual diretoria e todas as suas propostas.

As plataformas de luta aprovadas nestes três eventos foram muito semelhantes. Em todas elas, os estudantes se posicionaram claramente ao lado dos trabalhadores, apoiando a Central Única dos Trabalhadores e a organização da greve geral. Definiram uma política de enfrentamento à ditadura na luta contra o decreto 2.045 e outros que produzem mais arrocho e desemprego, pelo rompimento dos acordos

O exemplo vem das UEEs

Em São Paulo, Rio e no Rio Grande do Sul a corrente classista e combativa, referenciada no PT, obteve importantes vitórias.

com o FMI e pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim das intervenções nos sindicatos, pelo fim da lei anti-greve, por eleições diretas para a Presidência.

No plano das lutas estudantis, os congressos apontaram as lutas por nenhum aumento, estatização e federalização das escolas particulares, pela suplementação de verbas nas universidades federais, por eleições livres e diretas para reitor e demais cargos de direção e por um terço de representação nos órgãos colegiados. Em relação a este último ponto, excetuando o congresso da UEE paulista que não se posicionou sobre o assunto.

A crise do reformismo

Como resultado da profunda crise vivida pela UEE paulista e UEE carioca houve muita confusão no credenciamento dos dele-

gados. No Rio, 67 delegados foram impugnados pelo Conselho de Entidades por terem sido eleitos através de métodos fraudulentos. Em São Paulo, também foi necessária a realização de um Conselho de Entidades para realizar o processo de credenciamento.

O significado destes episódios é evidente: reflete o desespero das direções reformistas frente ao crescimento de uma política combativa e classista que ameaça a sua frágil hegemonia. A derrota destas direções nos congressos das UEEs paulista e carioca, bem como a consolidação da direção combativa na UEE gaúcha, são os exemplos mais marcantes da incapacidade do reformismo continuar controlando o movimento estudantil. De forma clara, os estudantes rejeitaram a política de conciliação com o MEC e com o governo, do especificismo das lutas, da falta de unificação que tem marcado a prática destas correntes.

Nos três estados, foi aprovada a proposta de realização de eleições diretas para a escolha da próxima diretoria, sendo que em São Paulo e no Rio de Janeiro foram eleitas diretorias de reconstrução até abril de 1984 (compostas por uma coordenação de 7 pessoas e, em São Paulo, com um coordenador geral). No Rio Grande do Sul, foi mantida a atual diretoria até as eleições que se realizaram nos dias 9 e 10 de novembro.

Avanços importantes

Um passo decisivo para a vitória sobre o reformismo foi a realização de plenárias no PT que unificaram a intervenção dos delegados do partido nestes congressos. Um avanço também foi a presença dos companheiros da corrente Alicerce nestas plenárias, assumindo na prática o PT como a via primeira de construção de uma política para o movimento.

Neste sentido, é de se lamentar a atuação da corrente Caminhando que no Rio de Janeiro e em São Paulo manteve-se afastada das chapas vitoriosas, apesar de concordar com as principais resoluções políticas aprovadas. No Rio Grande do Sul, no entanto, esta corrente, que tem uma expressão bem maior que nos outros estados, encaminhou uma política de unidade com todo o setor combativo e classista durante todo o congresso.